



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 049

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE JUNHO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Valdir Rossoni
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Barbosa Neto
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Mauro Moraes
PPS	Ratinho Júnior
PSB	Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 046ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE JUNHO DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 013/2004

Curitiba, 31 de maio de 2004.

Senhor Presidente:

Encaminhamos a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei com vistas à criação do Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Estado.

Não é de hoje que subsistem questionamentos quanto ao aproveitamento do Hospital da Polícia Militar, que vem apresentando, ao longo dos anos, capacidade ociosa, em média, de 53% de seu potencial de atendimento e que encontrava-se, em janeiro deste ano, operando com uma capacidade de uso de 10%.

Esses fatos decorrem da circunstância de que aquele hospital, até então considerando uma unidade militar, não comportava o atendimento de outros pacientes que não os militares e seus dependentes, e de que, com a extinção do antigo IPE, os recursos provenientes das contribuições dos Policiais Militares mostraram-se insuficientes para a sua manutenção.

Esse manejo de recursos estruturais, descolado da realidade, decorre de uma visão arcaica que necessitava ser revista.

A par destas questões, há o fato de que, nos termos da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973, o Estado deve proporcionar aos Policiais Militares da ativa, reserva remunerada ou reformados, bem como aos seus dependentes, assistência médica e odontológica, cabendo-lhe ainda custear integralmente o tratamento e toda a medicação ao militar ferido ou acidentado em serviço ou em instrução.

Esta mesma lei estabeleceu, em seu artigo 63, um desconto mensal obrigatório de 2% (dois por cento) do soldo dos militares, destinado a assegurar-lhe, e aos dependentes, gratuitamente, a assistência médico-hospitalar que não fosse de responsabilidade do Estado. Boa parte dos recursos decorrentes desse desconto foi carregada na construção e manutenção do Hospital da Polícia Militar, pelo qual se implementou, em conjunto com o antigo IPE, o atendimento gratuito previsto na Lei nº 6417/73.

No momento em que se pretende resgatar uma adequada política de atendimento à saúde dos servidores é imprescindível dotar o Hospital da Polícia Militar de condições hábeis à otimização de seus recursos, evitando toda e qualquer ociosidade, propiciando a extensão de seu atendimento a todo o segmento dos servidores públicos, bem como assegurar, em face do desconto instituído pelo artigo 63 da Lei 6417/73, a gratuidade do atendimento médico-hospitalar para os militares da ativa, reserva remunerada ou reformados, e aos seus dependentes, para o que se faz necessária a revisão dos textos legais vigentes.

A partir de uma visão técnica e com observância das premissas de respeito ao esforço contributivo dos militares, oferecemos uma proposta que pretende alcançar a finalidade do Governo do Estado, qual seja, a de maximizar os recursos e o seu alcance social, resgatando-se uma adequada política de atendimento à saúde dos seus servidores.

Na certeza de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente

aprovação, reitero a V. Exa. nossos protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O atendimento à saúde dos militares estaduais da ativa, da reserva remunerada, reformados e respectivos dependentes de que trata o artigo 60 da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973, será proporcionado pelo órgão encarregado da gestão do Sistema de Atendimento à Saúde dos Servidores do Estado do Paraná.

§ 1º - Para efeito de complementação do atendimento a que se refere o *caput* deste artigo e, em atendimento ao disposto no artigo 63 da Lei 6417, de 03 de julho de 1973, fica criado o Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná, doravante denominado FASPM, a ser constituído e gerido na forma estabelecida por esta lei.

§ 2º - O Fundo de Atendimento à Saúde dos Policiais Militares do Paraná constitui-se num instrumento de natureza contábil.

§ 3º - Para atendimento do disposto neste artigo, o FASPM deverá formalizar convênio com o órgão encarregado da gestão do Sistema de Atendimento à Saúde dos Servidores do Estado do Paraná.

Art. 2º - São beneficiários do atendimento de que trata esta lei os militares da ativa, da reserva remunerada e reformados e seus respectivos dependentes assim considerados:

- a) o cônjuge ou convivente;
- b) os filhos menores ou inválidos, desde que solteiros e sem renda;
- c) os pensionistas de militares desde que optantes em contribuir para o FASPM.

Parágrafo Único - Equipara-se a dependentes, nos termos da alínea “b” deste artigo, o enteado ou o filho do convivente desde que, comprovadamente, esteja sob a dependência e sustento e resida com o beneficiário titular.

Art. 3º - O FASPM será composto:

- a) pela contribuição mensal a que se refere o artigo 63 da Lei nº 6417, de 03 de julho de 1973;
- b) pelos recursos decorrentes do § 3º, do artigo 1º, desta lei;
- c) por auxílios, subvenções ou doações federais, estaduais, municipais, oriundas de convênios, contratos ou ajustes celebrados pela Polícia Militar e pelo FASPM, com entidades privadas ou vinculadas ao Governo Federal, Estadual ou Municipal e seus órgãos, para campanhas e/ou ações na área de saúde, na forma das legislações pertinentes;
- d) por recursos provenientes de outros órgãos e entidades, a título de remuneração pelo uso do Hospital da Polícia Militar;

e) por rendimentos de aplicações financeiras de seus recursos;

f) por outros recursos ou rendas eventuais, inclusive as decorrentes de valores percebidos de indenizações decididas em processos administrativos ou judiciais, em que o Fundo seja parte vencedora e da alienação de equipamentos ou materiais inservíveis ou obsoletos pertencentes à Polícia Militar do Estado do Paraná, que sejam de uso exclusivo dos órgãos de apoio de saúde.

§ 1º - Para efeito de atendimento do disposto nesta lei o FASPM poderá custear convênios, contratos, credenciamento de profissionais autônomos, aquisição de suprimentos médicos, odontológicos, hospitalares, exames complementares e outras despesas necessárias ao atendimento à saúde dos beneficiários de que trata esta lei.

§ 2º - Os recursos alocados ao FASPM não poderão ser utilizados para outra finalidade que não a determinada por esta lei, sob pena de ser responsabilizado, na forma da lei, quem assim o permitir.

§ 3º - Os recursos de que trata a alínea “a” deste artigo deverão ser depositados em conta própria e efetuada prestação de contas na forma do regulamento.

Art. 4º - O FASPM contará com um Conselho de Usuários, como instância deliberativa e por um Conselho de Gestão, como instância executiva.

Art. 5º - O Conselho de Usuários será composto por 14 (quatorze) membros, com a seguinte representação:

- a) 01 (um) representante dos Oficiais Superiores da ativa e 01 (um) da reserva;
- b) 01 (um) representante dos Oficiais Intermediários da ativa e 01 (um) da reserva;
- c) 01 (um) representante dos Oficiais Subalternos da ativa e 01 (um) da reserva;
- d) 01 (um) praça da ativa representante do círculo dos Subtenentes e Sargentos da ativa e 01 (um) da reserva;
- e) 01 (um) praça representante do círculo dos Cabos e Soldados da ativa e 01 (um) da reserva;
- f) 04 (quatro) representantes indicados pelas associações compostas por militares de todos os círculos e hierarquias, ativos e inativos.

§ 1º - Os membros relacionados nas alíneas “a” e “e” serão designados pelo Comandante Geral da PMPR.

§ 2º - Os membros do Conselho de Usuários terão mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução.

§ 3º - o Conselho de Usuários será presidido pelo Oficial Superior da Ativa de maior patente e antiguidade.

§ 4º - O Comandante Geral da PMPR participará das reuniões do Conselho, com direito a voz, mas sem voto.

Art. 6º - Compete ao Conselho de Usuários deliberar sobre as seguintes matérias:

I - o orçamento e o planejamento anual em FASPM;

II - políticas e programas de promoção da saúde e de prevenção de doenças;

III - prestação de contas e relatórios anuais;

IV - aceitação de doações e legados com encargo;

V - aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis integrantes do FASPM;

VI - outras situações que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Gestão.

Art. 7º - O Conselho de Gestão, presidido pelo Comandante-Geral da Polícia Militar, será composto pelo:

a) o Chefe do Estado-Maior, na qualidade de Vice-Presidente nato;

b) o Diretor de Saúde da Polícia Militar;

c) o Diretor de Apoio Logístico da Polícia Militar;

d) o Diretor de Finanças da Polícia Militar.

Art. 8º - Compete ao Conselho de Gestão a gestão administrativa, orçamentária e financeira dos recursos do FASPM, bem como:

I - elaborar, para aprovação do Conselho de Usuários:

a) o orçamento e o planejamento anual do FASPM;

b) as políticas de programas de promoção da saúde e de prevenção de doenças dos beneficiários desta lei;

c) balancetes mensais, bem como a prestação de contas e os relatórios anuais.

II - encaminhar, para fins de aprovação do Conselho de usuários:

a) as proposições de doações e legados com encargo;

b) as proposições de aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis.

Parágrafo Único - Antes de sua remessa ao Tribunal de Contas, o FASPM deverá publicar, no Diário Oficial do Estado, a prestação de contas e o relatório anual do Conselho de Gestão.

Art. 9º - São atribuições do Comandante-Geral da Polícia Militar no exercício da presidência do Conselho de Gestão.

a) a representação e a coordenação de todas as atividades do FASPM;

b) a celebração, em nome do FASPM, das contratações em todas as suas modalidades, inclusive de prestação de serviços por terceiros;

c) a autorização das aplicações e investimentos efetuados com os recursos do FASPM, bem como a ordenação de despesas;

d) a delegação, aos demais membros do Conselho de Gestão, de funções e atribuições necessárias à gestão administrativa, orçamentária e financeira dos recursos do FASPM.

Art. 10 - O Hospital da Polícia Militar permanecerá como órgão de apoio de saúde da Polícia Militar do Estado do Paraná e será gerido por uma Diretoria, cujas atribuições serão definidas em Decreto.

§ 1º - A Diretoria, a que se refere este artigo, será constituída por:

a) Diretor do Hospital da Polícia Militar, escolhido dentre os integrantes do quadro da ativa de Oficiais Superiores Combatentes da Polícia Militar do Estado do Paraná, preferencialmente do posto de Tenente-Coronel;

b) um Diretor Clínico, escolhido dentre os integrantes do quadro da ativa de Oficiais Superiores Médicos da Polícia Militar do Estado do Paraná, preferencialmente do posto de Tenente-Coronel; e

c) um Diretor Administrativo-Financeiro, escolhido dentre profissionais com formação superior e especialização em administração hospitalar.

§ 2º - Os Diretores de que trata este artigo serão indicados pelo Comandante Geral da Polícia Militar e nomeados pelo Governador do Estado.

§ 3º - Ressalvadas as hipóteses de percepção de indenizações e gratificações de que trata a Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, os Diretores referidos nas alíneas “a” e “b” do § 1º deste artigo não receberão nenhuma remuneração adicional pelo desempenho das respectivas funções.

§ 4º - Caso a indicação do Diretor Administrativo-Financeiro não recaia sobre um militar da ativa do Estado do Paraná, sua remuneração será suportada pelo Estado.

§ 5º - Para efeito de atendimento do disposto no parágrafo anterior, fica criado, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, 01 (um) cargo em comissão de Diretor - Símbolo DAS 02, que só será provido na hipótese do parágrafo anterior.

Art. 11 - O FASPM deverá otimizar a utilização do Hospital da Polícia Militar, propiciando atendimento, no limite de suas disponibilidades, mediante convênio com o órgão encarregado da gestão do Sistema de Atendimento à Saúde dos Servidores do Estado do Paraná aos demais servidores estaduais.

Art. 12 - Nos termos em que se dispuser em regulamento, o FASPM contará com um serviço administrativo o qual será exercido por militares e servidores públicos da ativa designados para tal fim.

Art. 13 - Observado o disposto no artigo 10 desta lei, os integrantes dos Conselhos de Usuários, de Gestão e os Diretores do Hospital da Polícia Militar não perceberão qualquer espécie de remuneração ou ajuda de custo pelas funções que desempenharem.

Art. 14 - O saldo atual do “Fundo de Saúde”, de que trata o Decreto nº 5.463, de 23 de setembro de 1982, deverá ser transferido ao FASPM, que assumirá o ônus pelo pagamento dos débitos assumidos por aquele Fundo,

inclusive no que se refere à rescisão contratual de funcionários e serviços por ele contratados sob qualquer regime.

Art. 15º - Será obrigação do Estado transferir ao FASPM, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data de pagamento dos militares da ativa, da reserva remunerada e reformados, os valores descontados nos termos do artigo 63 da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973 e mencionados na alínea “b” do artigo 3º desta lei.

Art. 16 - Em caso de extinção do FASPM, todo o seu patrimônio deverá ficar afetado ao atendimento das finalidades previstas nesta lei.

Art. 17 - São revogados o parágrafo único do artigo 58, os parágrafos 1º e 2º do artigo 63 e o artigo 110, todos da Lei nº 6.417 de 03 de julho de 1973.

Art. 18 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 020/2004

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e Sr. Secretário de Estado dos Transportes:

O Deputado Nelsinho Dal Santos dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - que seja estadualizado o trecho da estrada Municipal que liga o Distrito de Jaciaba ao Município de Prudentópolis.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma Estrada Municipal LM-001, diariamente utilizada para o transporte escolar, muito importante no escoamento da produção de feijão, fumo, mel, soja, milho e para a agropecuária, sendo elo de ligação para os Municípios de Cândido de Abreu e Turvo, tendo a extensão aproximadamente de 75 quilômetros.

INDICAÇÃO Nº 021/2004

Exmos. Srs. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, e Stênio Jacob, Diretor-Presidente da Companhia Paranaense de Saneamento (SANEPAR).

A Deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exa., em atendimento à reivindicação das Câmaras Municipais de Londrina e Rolândia, para solicitar providências visando à fixação da tarifa mínima de água e esgoto, cobrada dos estabelecimentos comerciais e industriais, no mesmo valor da residencial.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A tarifa mínima atual, cobrada em valor muito superior à residencial, onera sobremaneira as pequenas empresas e indústrias, prejudicando consideravelmente sua sustentabilidade.

INDICAÇÃO Nº 022/2004

Exmo. Sr. Maurício Requião - Secretário de Estado da Educação:

A Deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exa., respeitosa-mente, para propor seja formalizada parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e a Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato visando à utilização da Biblioteca Virtual Comunitária, localizada na região sul do Município de Londrina, pelas escolas estaduais circunvizinhas. Em contrapartida, essa secretaria disponibilizaria recursos para aquisição de equipamentos e pagamento de professores e profissionais especializados nos projetos ali desenvolvidos.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, de Londrina, é uma entidade sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial e promocional, fundada em 19 de dezembro de 1991, com a finalidade, dentre outras, de levantar alternativas de ação que visem à melhoria da qualidade de vida da comunidade. Atualmente abrange os seguintes bairros: Jardim Franciscato I e II, Perobal, Novo Perobal, Piazzentin, Itapuã, Cristal, Santa Joana, Campos Elíseos, União da Vitória, Boa Esperança, Jamile Dequesh I e II, Saltinho e Vila Feliz. A população que forma esses bairros, de cerca de 52 mil habitantes, é em sua maioria oriunda da zona rural, com baixo nível de escolaridade e sem qualificação para o mercado de trabalho.

Assim, com o objetivo de eliminar as barreiras culturais, econômicas e políticas que essas camadas populares enfrentam para ter acesso aos múltiplos sistemas de informações disponíveis, a referida Associação - em parceria com a Fundação Kellog, que financiou a construção do prédio (onde estão instaladas a Associação e a Biblioteca) e a aquisição dos primeiros equipamentos - fundou a Biblioteca Virtual Comunitária com as seguintes finalidades: a) capacitação do usuário para acesso aos sistemas de informação; b) pesquisa, produção e disseminação de conhecimentos no âmbito local, regional e global; c) bureau de prestação de serviços de informação; e d) produção de programação de rádio e televisão nas áreas de formação política, organização comunitária, cidadania e temas correlatos. Para tanto, foram desenvolvidos projetos de implantação de sistema de recepção de TV e Rádio Via Satélite (estúdio de gravação e salas de TV), sala de acesso à internet, vídeo-conferência, recursos multimídia,

site da Biblioteca Virtual, Bureau de Serviços de Informação e Canal Comunitário.

No entanto, devido à falta de recursos, a Biblioteca Virtual Comunitária até o momento dispõe de oito computadores e desenvolve os seguintes projetos, dentre outros: oficinas de informática básica (Word, Excel e Windows) e de informática avançada (Corel e Photoshop), oficina de jornal comunitário; implantação do portal comunitário (já foram elaborados o site e um CD de apresentação do projeto, mas ainda não foi colocado no ar por falta de recursos técnicos); vídeo cidadão (técnicas de investigação, produção, gravação, edição e finalização de audiovisuais); central popular de empregos (capacitação e inserção de jovens no mercado de trabalho) e realização de pesquisas de opinião pública.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, no uso de suas atribuições regimentais, em vista de que o Deputado André Vargas assumiu a 1ª Vice-Presidência desta Casa, bem como, o Deputado que ao final subscreve, integra a CPI do Porto de Paranaguá, vem, INDICAR outros Deputados para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária, ficando da seguinte forma:

Titulares: Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv e Tadeu Veneri.

Suplentes: Luciana Rafagnin, Elton Carlos Welter e Nelsinho Dal Santos.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1016

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 057/2004, de minha autoria, que institui o Troféu Araucária de Imprensa.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1008

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado nos Anais desta Casa voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osmar Chiumento, ocorrido no dia 31 de maio de 2004, na cidade de Santa Tereza do Oeste.

Requer ainda, seja oficiado à família enlutada a decisão desta Casa, na pessoa de Geodete Chiumento, no

endereço Av. Paraná, 1111, CEP 85825-000 - Santa Tereza do Oeste- PR.

Sala das Sessões, em 1º.06. 2004.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Osmar Chiumento, um pioneiro que se vai e deixa muita saudade pelo exemplo que era em vida.

Vereador por dois mandatos, exercido entre os anos de 1977 e 1983, na cidade de Palotina, e mais dois mandatos para a Câmara Municipal de Santa Tereza do Oeste, entre 1993 e 2000, tendo exercido a Presidência desse Legislativo.

Homem esforçado, corajoso, respeitado e admirado pela sua capacidade de trabalho, modo de ser, de sentir, e agir como cidadão responsável e preocupado com tudo que dizia respeito ao bem coletivo.

A Assembléia Legislativa se associa à dor da família enlutada e população do Oeste do Estado, transmitindo suas condolências à esposa, filhos, parentes e amigos.

REQUERIMENTO Nº 1009

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar, à família Garcia de Souza pelo falecimento do Dr. Gilbert Garcia de Souza, ocorrido dia 26 de maio, na cidade de Londrina.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia aos familiares Rua Michigan, 282,m Jardim Quebec - Londrina- Paraná.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Dr. Gilbert nasceu no dia 18 de setembro de 1926 na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1955 veio para Londrina como funcionário do Banco do Brasil, onde casou em 1956 com Benedita Aranda Garcia de Souza. Por duas décadas foi professor de Direito Civil e de Direito Comercial da Universidade de Londrina - UEL, da qual foi também Procurador Jurídico.

Foi Procurador Jurídico da Câmara Municipal de Londrina durante 4 anos, no período de 1989, a dezembro de 1992. Ocupou também o cargo de Secretário de Negócios Jurídicos do Município de Londrina, nos anos de 1993/1996. Em fevereiro de 1996 assumiu a Presidência da SERCOMTEL e acompanhou a processo de transição da autarquia para sociedade anônima quando foi eleito, em setembro do mesmo ano, o primeiro presidente da SERCOMTEL SA. Telecomunicações. Posteriormente exerceu o cargo de consultor jurídico da SERCOMTEL no período de janeiro de 1997 até novembro de 2000.

Era advogado militante, professor de Direito Civil da Escola de Magistratura do Trabalho, professor de Direito da Escola do Ministério Público do Paraná e professor de Direito Constitucional da Escola Superior da Magistratura do Paraná, da qual foi um dos fundadores.

Dr. Gilbert Garcia de Souza deixa um vazio que jamais será preenchido no coração dos seus familiares e amigos.

REQUERIMENTO Nº 1021

Senhor presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar à família Radel, do Município de Catanduvas, pelo falecimento de seus filhos Renato e Cristiane, e da nora Elisabeth dos Prazeres Radel, ocorrido no último dia 24, do corrente mês.

Requer, ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através do Dr. Eugênio Radel, enviando correspondência à Rua 25 de Julho s/nº - CEP 85.470.000 Catanduvas -PR.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Prematuramente, numa das inúmeras peças que a vida nos prega, um acidente de carro, ocorrido no último dia 24, na região de Guarapuava, tirou a vida de três pessoas, filhos de Catanduvas. A dor e a tristeza pela perda, calaram profundamente no coração dos familiares, parentes e amigos e de toda a população de uma cidade, que ainda se pergunta: por que meu Deus?

A morte, um dos mistérios de Deus, retira da nossa convivência pessoas que nos fazem bem, pessoas com as quais convivemos diariamente, pessoas que nos sorriem, enfim... pessoas que amamos. Num primeiro instante, não aceitamos a separação, responsável pela abertura de uma grande ferida nos nossos corações.

Neste momento, a nossa fé é posta em questionamento. Nas dúvidas e nas incertezas do cotidiano, devemos ter sempre em mente, que para tudo existe um propósito divino, muitas vezes desconhecido pela nossa frágil condição humana.

Mas, acima de tudo, o que deve prevalecer é a convicção de que, ao mesmo tempo em que o Renato, a Cristiane e a Elisabeth estão sendo acolhidos na morada de Deus, este mesmo Deus está confortando o coração de cada um que hoje sofre com a perda.

Por sua vez, a Assembléia Legislativa do Paraná, na pessoa deste Parlamentar, cumpre o doloroso dever de endereçar à família enlutada sinceros votos de pêsames e condolências.

REQUERIMENTO Nº 1004

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos, a S. Exa. Revma. Dom Ladislau Biernaski, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Curitiba, pela passagem de seus 25 anos de episcopado.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao homenageado, cientificando-lhe também que ficará gravado para a posteridade nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.05.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dom Ladislau Biernaski, descendente de imigrantes poloneses, foi um dos primeiros Bispos ordenados pelo Santo padre o Papa João Paulo II, em 1979. Filho de agricultores nasceu em Campo Magro, dedicou sua carreira à Igreja para auxiliar movimentos sociais, principalmente aqueles ligados à luta pela terra e ao desenvolvimento da agricultura familiar.

Por trás da miséria e da fome, escondem-se fatores de natureza econômica, política e social que vêm agravando a situação de milhões de pessoas. Entre eles, podemos destacar a crescente concentração de renda, da riqueza e da terra, o desemprego, subemprego e a precariedade das relações de trabalho; o êxodo rural que continua expulsando em massa as famílias do campo; a falta de escolaridade perfeita; a queda no valor real dos salários e a diminuição progressiva da renda familiar, a falência de inúmeros empreendimentos de pequeno e médio porte. Os resultados são evidentes; as ruas convertem-se em lugar de moradia para muitas famílias; a violência torna-se incontrolável; crianças, jovens e adolescentes caem precocemente na droga e na prostituição; cresce o número de pessoas que, em muitos lixões pelo Brasil afora, disputam com cães e abutres os restos de comida podre.

Diante de tal cenário, entende-se a preocupação constante de S. Exa. Revma. Dom Ladislau Biernaski, com aquele mesmo sentido de simplicidade e pobreza que caracteriza sua vida sacerdotal.

Não temos palavras entretanto, que traduzam o sentimento que tumultua nossa alma.

Saudar um prelado, um ministro de Deus é qualquer coisa de tão sublime que só aos anjos deveria ser dada a incumbência dessa tarefa. Curvo-me todavia, ante a injunção que nos foi imposta e aqui estamos para saudá-lo com muita alegria pela passagem de 25 anos de episcopado.

Como representante e ministro de Cristo, acha-se entre nós para pregar a religião do bem e da verdade, trazendo por armas sempre a fé, a fé em Cristo e ao Evangelho. E nós, que pertencemos ao imenso rebanho do meigo sábio da Galiléia, aqui estamos, quais ovelhas juntamente com o Pastor que há de continuar a nos guiar através das campinas da vida, para nos levar ao redil celeste.

Dom Ladislau Biernaski, bem compreendemos quão árduo é o seu sacerdócio e de quantos sacrifícios e

incompreensões sua vida é semeada. Nosso senhor, porém, que lhe deu o munus divino, também proporcionou a coragem para suportar os percalços inerentes ao seu apostolado, rogamos que continue sendo conduzido pelo caminho da verdade e da fé.

REQUERIMENTO Nº 1006

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Dr. Darci Piana, pela sua eleição à presidência da Federação do Comércio do Paraná - FECOMÉRCIO.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Dr. Darci Piana.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Darci Piana, assumirá no próximo dia 24, a presidência da Federação do Comércio do Paraná - FECOMÉRCIO.

É para nós um dia de gala, este dia em que festejamos com a notícia do Dr. Darci Piana, para a presidência da nossa Federação do Comércio do Paraná.

É também indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e à gratidão de seus semelhantes. Quanto mais quando se trata de alguém que, por seus esforços, tudo fez por esta sociedade da qual é membro eminente.

E, para que não sejamos acoimados de esquecidos, estamos aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para prestar-lhe esta homenagem que, embora não corresponda à magnitude e o brilho de seus méritos, servirá, todavia, para deixar registrado para a posteridade nos Anais da Assembléia.

O comércio tem sido em todas as épocas e propulsor da civilização. Se recuarmos às eras mais remotas, veremos que foi através do comércio que os povos entraram em contato uns com os outros, beneficiando-se reciprocamente com esse intercâmbio, tanto na permuta de riquezas, como na difusão de conhecimentos úteis.

O comércio exerce no organismo de um povo a função de distribuidor dos bens. É realmente através do comércio que a agricultura e a indústria podem chegar ao consumidor.

A Federação como órgão de defesa da classe, precisa ter à sua frente homens que representem realmente o sentir de seus associados e que possuam qualidades excepcionais de líderes.

Sobre a Federação pesam, em momentos como esses, tremendas responsabilidades. Órgão orientador, por excelência, é também órgão receptor e a ele cabe auscultar as necessidades do associado, assim como tomar-lhe a defesa toda a vez que esta se fizer necessária.

O comércio é uma atividade econômica que a partir de uma avaliação conjuntural de desempenho, permite

identificar inúmeras variáveis e decorrências de cunho econômico, extremamente importantes para o estudo de tendências, alterações de perfis de oferta e demanda, opções de mercado, produtos substitutos, além de outras.

Ao Dr. Darci Piana estão entregues os destinos da nossa Federação do Comércio. É nele que depositamos nossa confiança, na certeza que haverá de levar a bom termo a tarefa que lhe foi confiada.

REQUERIMENTO Nº 1007

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, vem à ilustre presença de V. Exa. e aos demais Pares desta Casa de Leis, para REQUERER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações à Igreja Evangélica Assembléia de Deus do Município de Campo Mourão - PR, pelo 5º aniversário da Orquestra Filarmônica Filadélfia.

Requer ainda, que da decisão deste seja dado ciência à Igreja Evangélica Assembléia de Deus, por seu Pastor, José Anunciação dos Santos (Rua Araruna, 88 - CEP 87301-12 - Campo Mourão /PR) e à Orquestra Filarmônica Filadélfia, por seu maestro, Moisés Kummrow (Rua Araruna, 88 - CEP 87301-12 - Campo Mourão / PR).

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Orquestra Filarmônica Filadélfia, da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, fundada em 15 de abril de 1999, conta atualmente com 38 músicos, com uma faixa etária dos 16 aos 40 anos, tendo por maestro o Sr. Moisés Kummrow e Presidente o Pastor José Anunciação dos Santos, e tem por função tirar o jovem da rua, das drogas e marginalidade, ofertando um aprendizado gratuito na formação de músicos profissionais. Prova disso, é que sem a orquestra, a Banda Municipal de Campo Mourão não existiria, pois a maioria de seus músicos saíram da escola de música da orquestra.

REQUERIMENTO Nº 1012

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa que, após ouvido o Plenário, faça a consignar na Ata dos Trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações ao Armazém Santa Ana, localizado no Bairro do Uberaba, que nesta data comemora seus 70 anos de existência.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) DR. LUCIANO DUCCI

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 30 de maio de 1934, pelo ucraniano Paulo Szpak e sua esposa, Sra. Julia, descendente de poloneses, era no início, apenas uma taverna no Bairro do Uberaba, que dois anos depois transformou-se em armazém de secos e molhados. Desde então, o armazém Santa Ana, mantém-se como um marco no comércio da região.

Hoje, completa 70 anos de atividade ininterrupta, mantendo suas características desde a fundação, sendo pela diversidade de produtos oferecidos aos clientes, ou pela cortesia e descontração na forma de atendimento.

Esse estabelecimento comercial faz parte da história do Uberaba e do Município de Curitiba.

Por tudo isso é motivo de grande satisfação para este Parlamentar, consignar votos de congratulações, em nome de todos os que ao longo dos anos, têm se beneficiado ou participado deste conceituado estabelecimento, no aniversário de 70 anos de sua existência.

REQUERIMENTO Nº 1015

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações à família Cazali, pela ordenação do Pe. Edson José Cazali, a realizar-se no dia 03 de julho do corrente ano, no Município de Capitão Leônidas Marques.

Requer ainda, que seja dado ciência aos pais, Luiz Cazali e Edite Cazali, enviando correspondência à Rua São Pedro, 122 - CEP 85.790-000 - Capitão Leônidas Marques / PR.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Congratulamo-nos com a família Cazali, pela ordenação sacerdotal do filho Edson José Cazali, um exemplo de que a chama do cristianismo continua viva, iluminando o caminho dos mais necessitados.

Natural de Capitão Leônidas Marques, região Sudoeste do Estado, o Pe. Edson José Cazali reforça nosso entendimento de que a família continua sendo o principal berço para as vocações sacerdotais.

O Sr. Luiz e a Sra. Edite Cazali merecem nossa consideração por pautarem suas vidas em princípios e dogmas de moralidade e ética, onde o próximo sempre mereceu e vem merecendo atenção especial, onde o trabalho em comunidade e para a comunidade faz parte das ações cotidianas e, mais ainda, onde a fé em Deus é exercida em palavras e atos concretos.

Temos absoluta certeza de que a ordenação sacerdotal do filho Edson enche de orgulho e alegria os corações dos pais Luiz e Edite. Que o brilho que encontramos nos seus olhos, pela certeza do dever bem cumprido de educar, possa se estender às demais famílias e estas passem a ver na vocação sacerdotal não apenas um chamado individual, mas, acima de tudo, um chamado de Deus à família, célula de sustentação de uma sociedade voltada aos compromissos da igualdade e da justiça social.

REQUERIMENTO Nº 1017

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER,

ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Dom Ladislau Biernaski, pelos 25 anos de sua vida como Bispo da Igreja Católica e pela sua brilhante trajetória em defesa dos movimentos sociais.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao homenageado, no seguinte endereço: Rua Izabel Redentora nº 173, Centro - São José dos Pinhais/PR, CEP: 80.005.970.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Dom Ladislau Biernaski nasceu em Campo Magro, então Município de Almirante Tamandaré, Região Metropolitana de Curitiba, no dia 24 de outubro de 1937. Seu pai Francisco Biernaski e sua mãe Carolina Valenga Biernaski, imigrantes poloneses, tiveram 9 filhos e sempre trabalharam na agricultura. Esta origem marca a trajetória episcopal de Dom Ladislau, que sempre entendeu e se preocupou com os problemas dos povos camponeses. Ainda menino, com 13 anos, Ladislau ingressou no Seminário Menor S. Vicente de Paulo, em Curitiba. Fez o curso colegial, estudou filosofia no Instituto dos Franciscanos e teologia no Studium Theologicus, sempre na Capital paranaense. Entre 1963 e 1965 estudou filosofia no Institut Catholique, em Paris.

Voltando ao Brasil foi professor e Diretor do Seminário Menor e provincial dos padres vicentinos. Foi Diretor do jornal polonês LUD e membro da Fundação S. Vicente de Paulo da Rádio Cambiju de Araucária. Seu trabalho junto à Conferência dos Religiosos do Brasil levou-o à presidência dessa entidade em 1977.

Em 28 de abril de 1979 foi nomeado Bispo Auxiliar de Curitiba e ordenado em Roma, juntamente com outros 30 bispos do mundo inteiro, pelas mãos da S.S. Papa João Paulo II. Logo em seguida à ordenação na Basílica São Pedro, acompanhou o Papa em sua visita à Polônia.

Desde o início de seu bispado trabalhou como responsável pela área do interior da Arquidiocese de Curitiba, que inclui atualmente 24 Municípios, com 44 paróquias e mais de 800 capelas, atendendo uma população de mais de 1 milhão de habitantes. Trata-se de um contingente populacional que deixou o interior do Estado e veio se instalar nas periferias da Capital em busca de melhores condições de vida. Aí, entretanto, torna-se vítima da exclusão social, do desemprego, da violência e da falta de acesso aos serviços públicos básicos, como saúde, educação e moradia. Outra parcela desses habitantes é formada por agricultores familiares que produzem alimentos para a mesa dos curitibanos. Junto a este povo, nesses 25 anos, Dom Ladislau tem sido presença fraterna e solidária.

Outro destaque de seu trabalho na Arquidiocese de Curitiba é o acompanhamento às pastorais Sociais, o que tem lhe colocado à frente de lutas importantes da Igreja do Brasil, como as Semanas Sociais Brasileiras, o Movi-

mento pela ética na política, a Campanha contra a Dívida externa, o plebiscito sobre a ALCA e o apoio aos movimentos sociais e aos sindicatos.

Em nível regional, foi Secretário-Executivo da CNBB Sul II durante os anos de 1979-1980 e nomeado bispo acompanhante da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e da CPO (Comissão Pastoral Operária), além de ser responsável pela Dimensão Missionária no regional. Sua atuação marcante nessas pastorais levou a ser escolhido para representar a CNBB numa visita à Polônia na década de 80, juntamente com um grupo de agentes de pastoral brasileiros que se encontram com o Grupo Solidarietà. O intercâmbio de experiência, principalmente no que diz respeito à autogestão e produção solidária, serviu de estímulo para o trabalho das pastorais sociais brasileiras.

Como bispo acompanhante da CPT, participou ativamente das lutas em favor da Reforma Agrária e contra a violência no campo, tendo sido um dos principais idealizadores da Campanha pelo Limite Máximo da Propriedade da Terra no Brasil. Além disso, tem sido um dos principais defensores da agroecologia e de política públicas para os agricultores familiares. Durante um dos períodos mais duros de repressão aos trabalhadores rurais paranaenses, foi uma voz prefética contra a violação dos direitos humanos do povo do campo. Neste período foi eleito Vice-Presidente da CPT Nacional, cargo que ocupou por seis anos seguidos.

Desde São José dos Pinhais, onde residiu durante esses 25 anos de bispado, Dom Ladislau manteve-se fiel ao trabalho pastoral e às dimensões missionárias, evangelizadora e social da Igreja do Brasil. Sempre trabalhando em equipe, foi um dos responsáveis pelo elogiado trabalho de elaboração de subsídios catequéticos feito na Arquidiocese de Curitiba. A produção anual do livro Caminhando, com tiragem de 30 mil exemplares é um exemplo da preocupação evangelizadora que marcam o trabalho de Dom Ladislau Biernaski, bispo e cidadão.

REQUERIMENTO Nº 1022

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, a Dom Agostinho José Sartori, Bispo Diocesano de Palmas e de Francisco Beltrão, pela passagem dos seus 75 anos de vida, dos quais quase seis décadas dedicadas à vida religiosa.

Requer, ainda, seja dado ciência ao homenageado, enviando expediente à Rua Bispo Dom Carlos, 914, Caixa Postal, 35, CEP: 85.555-000, Palmas/PR.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

É com imensa satisfação que solicito votos de congratulações, a Dom Agostinho José Sartori, Bispo Diocesano de Palmas e de Francisco Beltrão, pela passagem de seus 75 anos, comemorados no último dia 29, do corrente

mês. Na verdade, um grande pastor de almas, um homem que vem pautando sua vida na defesa dos marginalizados, dos mais pobres e dos mais humildes.

Dom Agostinho José Sartori é um dos grandes pilares da Igreja Católica no Paraná. Suas palavras sábias proferidas de maneira precisa confortam os corações dos mais angustiados. Sua postura sóbria e equilibrada serve de parâmetro para as ações dos fiéis. Sua devoção a Deus, manifestada nas pequenas atitudes do dia-a-dia, auxilia, em muito, a manter viva a chama do cristianismo.

Dom Agostinho José Sartori é um semeador por excelência. Por onde passa, deixa, através das suas ações, gestos, palavras e olhares, sementes de fé e esperança. Otimista por vocação, Dom Agostinho crê no próximo e na existência de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Parabéns, Dom Agostinho José Sartori, pelos seus 75 anos. Um exemplo de vida, um exemplo de fé, um exemplo de homem religioso a ser seguido com orgulho, pela atual e novas gerações, por todos os responsáveis pela construção de um futuro cada vez melhor para a Região Sudoeste do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1023

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações, à família Trevisan, pela ordenação do Pe. Ederson Luiz Trevisan, a realizar-se no dia 03 de julho, do corrente ano, no Município de Capitão Leônidas Marques.

Requer, ainda, que seja dado ciência aos pais, Ari Trevisan e Maria Lurdes Trevisan, enviando correspondência à Rua São Pedro, 186, CEP: 85.790-000 - Capitão Leônidas Marques/PR.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A ordenação sacerdotal de Ederson Luiz Trevisan nos assegura que a chama do cristianismo continua viva, iluminando o caminho dos mais necessitados.

Natural de Capitão Leônidas Marques, região Sudoeste do Estado, Pe. Ederson Luiz nos mostra o papel da família como importante berço para as vocações sacerdotais.

Seus pais, Sr. Ari e Sra. Maria Lurdes Trevisan merecem toda a nossa estima no dia-a-dia, princípios cristãos nos trabalhos comunitários. A fé em Deus é exercitada em palavras e atos concretos.

A ordenação sacerdotal do filho Ederson é motivo de muito orgulho e alegria para os pais. Vocação sacerdotal é um chamado divino. Poucos são os escolhidos, para tão nobre e importante missão de pastorear almas.

O mundo de hoje está cada vez mais carente de homens que dediquem toda uma vida à divulgação das palavras que Cristo deixou na sua passagem pela Terra. A

família Trevisan gerou, na verdade, um semeador de amor e paz.

REQUERIMENTO Nº 1033

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de congratulações à Associação dos Amigos do Hospital Universitário Regional de Maringá - AAHU, pela posse da nova Diretoria, a qual será empossada no dia 01 de junho do corrente ano.

Neste sentido, solicitamos a especial gentileza desta Casa de Leis em reconhecer estes votos de congratulações e cientizar a referida Associação na pessoa de seu Diretor-Presidente Osvaldo Hidalgo da Silva, na Avenida Colombo, 5790, CEP: 87.020-900, Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1032

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, depois de ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de louvor à Prefeitura Municipal de Rio Negro, pelo festejo dos 175 anos da imigração alemã.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) NATÁLIO STICA

JUSTIFICATIVA:

Em um país sem memória, é importante a valorização das tradições e a preservação da cultura dos povos que ajudaram a construir o nosso Estado e a nossa etnia.

No Paraná, o povo alemão é um dos que mais contribuiu para o crescimento deste como um dos mais pujantes da Federação. Povo que com trabalho e persistência deixou como herança desde a culinária típica até a influência no “jeito de ser” paranaense.

Cumprimentando a Prefeitura Municipal pela nobre iniciativa, este Deputado propõe o presente.

REQUERIMENTO Nº 1005

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profunda indignação pela invasão da sede da Cúria Diocesana de Palmas por assaltantes que chegaram a levar a coroa de ouro de Nossa Senhora de Fátima e outros objetos de valores inestimáveis. A coroa seria usada hoje na coroação de Nossa Senhora de Fátima.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência a S. Exa. Revma. Dom Agostinho Sartori, Bispo Diocesano de Palmas, para que receba e transmita a toda a comunidade de Palmas e região, o profundo sentimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A coroação de Nossa Senhora de Fátima está ocorrendo hoje em Palmas, sem a principal peça usada na celebração. A coroa foi roubada por ladrões que invadiram a Cúria Diocesana. Com armas de fogo, eles renderam as 15 pessoas que estavam na casa episcopal, inclusive o Bispo, Dom Agostinho Sartori, de 75 anos, que foi preso na sacristia. Além da coroa os ladrões levaram os três anéis de primeiro Bispo da Cidade, o saudoso e querido Dom Carlos Bandeira de Mello, jóias que pertenciam à irmã de Dom Agostinho, mais valores em dinheiro e outros objetos de valores inestimáveis.

A coroa roubada foi doada pela comunidade de Palmas há mais de 40 anos. Confeccionada em ouro, pérola e pedras preciosas, era o principal assessorio da imagem de Nossa Senhora de Fátima, trazida de Portugal há mais de meio século, e fará falta na celebração do dia de hoje, cuja peça era usada somente uma vez por ano.

“Senhor, coloco-me diante de ti em atitude de oração. Sei que me ouves, sei que estou em ti e que tua força está em mim. Senhor, olha para toda a comunidade de Palmas, sabes, Senhor, quanto custa sofrer. Dá-nos, Senhor, força e coragem para vencermos estes momentos, pois, temos certeza que nossas autoridades conseguirão a devolução de todos os objetos roubados. Para isso, oferecemos nossas preocupações, angústias e sofrimentos.

Santíssima Virgem Maria Nossa Senhora de Fátima, vós dignastes revelar aos três pastorinhos, ajudai-nos a alcançar a recuperação de todos os objetos roubados da Diocese de Palmas. Nossa Senhora do Rosário de Fátima, rogai por nós.”

REQUERIMENTO Nº 1019

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirigem-se a V. Exa., respeitosamente para REQUERER a aprovação de Moção de Apoio da Assembléia Legislativa do Paraná ao movimento dos servidores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) que se encontram em negociação com o Governo Federal por reposição salarial a retomada dos investimentos em pesquisa.

Esses servidores - 2.202 pesquisadores e 6.410 técnicos, assistentes e auxiliares de pesquisa, com alto grau de especialização - reivindicam reajuste de 26% em face da perda de 36% acumulada nos últimos oito anos. Pleiteiam, ainda, o aumento do volume de recursos destinados à pesquisa que teve redução da ordem de 17,8%, trazendo grande prejuízo para o trabalho de geração e adaptação de tecnologias no setor agropecuário desenvolvido por aquela empresa.

Assim, a presente Moção de Apoio deve-se à importação do trabalho da EMBRAPA para o desenvolvimento do País, em especial da agricultura brasileira.

Requerem, por fim, o envio de expediente ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Dire-

tor-Presidente da EMBRAPA, Clayton Campanhola e ao Ministro da Agricultura, solicitando que o Governo Federal apresente uma proposta que contemple as justas reivindicações salariais da categoria e a retomada dos investimentos em pesquisa.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(aa) DUÍLIO GENARI, NELSON TURECK, JOSÉ MARIA FERREIRA, LUIZ CARLOS MARTINS, ELZA CORREIA, DOBRANDINO DA SILVA, NATÁLIO STICA, BARBOSA NETO, PEDRO IVO ILKIV, LUCIANA RAFAGNIN, ALEXANDRE CURI, VALDIR ROSSONI, RENI PEREIRA e NELSON GARCIA.

REQUERIMENTO Nº 1014

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando apoio, com helicóptero se possível - em regime de urgência - no sentido de colaborar nas buscas do corpo de Reinaldo Pandolfi, que desapareceu nas águas do Rio Tibagi, na terça-feira da semana passada, na rodovia BR-376 na ponte sobre o referido rio.

O resgate de um dos corpos já foi feito após buscas do Corpo de Bombeiros a 60 quilômetros do local do acidente do veículo, mas a família da vítima se encontra desesperada para que o outro corpo seja resgatado.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 1020

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda e Secretário de Estado dos Transportes para que determinem seja incluída dotação no Orçamento Geral do Estado para 2005, visando viabilizar a pavimentação asfáltica da PR-478, trecho Loanda-Planaltina do Paraná, numa extensão de 20 km, pois que esta obra é uma antiga aspiração daquelas duas comunidades a qual viabilizará o escoamento da produção agropecuária, bem como, permitirá o transporte da mandioca que abastecerá uma grande indústria de transformação que está se instalando em Planaltina do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Estamos encaminhando esta solicitação à SEFA e à SETR por ser uma antiga reivindicação dos moradores da Planaltina do Paraná e de Loanda. A pavimentação asfáltica do trecho da PR-478, num extensão de 20.000 metros, traria grandes perspectivas de desenvolvimento econômico para as duas comunidades. Como a zona rural de Loanda é grande produtora de mandioca, esta rodovia

facilitaria o escoamento daquele produto para atender o consumo de matéria-prima da Fecularia da Pinduca que está se instalando em Planaltina do Paraná, bem como, toda a produção agropecuária e encurtando em quase 20 km a distância por rodovia pavimentada, a ligação entre as duas cidades mencionadas.

REQUERIMENTO Nº 1024

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à empresa Compagás-PR, para que informe a este Legislativo as razões pelas quais o preço do gás natural fornecido às indústrias de Campo Largo é superior ao comercializado em São Paulo.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O preço médio em São Paulo é de R\$ 0,37/m³, no Paraná R\$ 0,86/m³, para grandes consumidores e 1,20/m³, para os pequenos consumidores. Vide ofício SINDILOUÇA-PR.

REQUERIMENTO Nº 1027

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando que nos seja informado o que segue, relativamente ao Município de Foz do Iguaçu:

- a) o número exato de policiais disponíveis para a escala de rua;
- b) o número de policiais disponíveis para serviços administrativos e internos;
- c) quantidade de horas de trabalho por turnos de serviço;

Os dados solicitados referentes aos efetivos das Polícias Civil e Militar.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Estatísticas recentes apontam Foz do Iguaçu como uma das cidades do Paraná com maior índice de criminalidade.

Tal constatação causa perplexidade e preocupação, já que a cidade vive do turismo.

Não é preciso ser do "ramo da segurança" para perceber que a principal causa dos índices negativos é a falta de policiamento.

Neste sentido, estamos requerendo informações sobre as quantidades de efetivos das Polícias Civil e Militar, para estabelecermos estudos comparativos e propormos medidas efetivas de combate ao crime.

REQUERIMENTO Nº 1036

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Adair Tarcisio Rizzi, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando a regulamentação para reconhecimento dos Cursos de Moda e Design, na Cidade de Cianorte, extensão da UEM - Universidade Estadual de Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

Existe uma demanda considerável aos cursos acima mencionados, a região é promissora e o corpo docente do Campus Regional de Cianorte tem trabalhado com afinco no sentido de colaborar na transformação da "Capital do Vestuário" em "Capital da Moda", afinal, para lideranças políticas e empresariais de Cianorte, esses dois cursos da UEM, implantados em 2002, representam pilares de um projeto maior de desenvolvimento da indústria confeccionista da região Noroeste do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1029

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores Vila Tarumã - Município de São José dos Pinhais, mais especificamente da Rua Antonio Zielonka, proximidades dos nºs 500 a 1000, onde existem alguns moradores que promovem algazarras e causam outros problemas para os moradores vizinhos, principalmente no período noturno e madrugada. Por várias vezes os moradores entram em contato com a polícia através do 190, 161, Delegacia de Polícia de Pinhais (667-1598) e Posto Policial Maria Antonieta (669-7077) e os policiais não aparecem no local.

Nessa rua residem pessoas idosas, doentes, hipertensas e que sofrem bastante com esses acontecimentos, correndo risco de vida devido à debilitação na saúde. A comunidade está indignada com a falta de policiamento, principalmente quando esse policiamento é solicitado com urgência e nunca atendido. A presença de policiais com certeza inibirá os moradores causadores dos problemas evitando-se novas ocorrências.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1030

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual

Genísio Moreski, sito no Jardim Guaraituba - Município de Colombo, que pedem policiamento ostensivo, em regime de urgência, nesse colégio. Está ocorrendo muita violência dentro e fora desse estabelecimento, principalmente entre 13h30 (entrada) e 17h15 (saída). Os pais encontram-se apreensivos e pedem policiamento urgente, tendo em vista a gravidade da situação.

A presença de policiais, com certeza, inibirá os responsáveis pela violência e proporcionará tranquilidade para os alunos e seus pais, bem como para toda a Comunidade.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1034

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, na qualidade de Deputado integrante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sustentáculo no artigo 135, parágrafo, 1 e 2º do Regimento Interno desta Casa de Leis, e artigo 55 da Constituição Estadual, solicitar informações junto à Secretaria de Estado da Educação sobre a previsão de liberação dos recursos referentes ao Processo nº 5.475.228-8, condizente à reforma do Colégio Estadual Doutor Osvaldo Cruz, da cidade de Campo Mourão.

Destarte, aproveitamos ainda esta oportunidade, desejando as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais alta estima.

Sala das Sessões, 01.06.2004.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 1035

Senhor Presidente:

Vimos através deste, mui respeitosamente, na qualidade de Deputado integrante da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com sustentáculo no artigo 135, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno, desta Casa de Leis, e artigo 55 da Constituição Estadual, solicitar informações ao Governo do Estado e Instituto Ambiental do Paraná, sobre a viabilidade de se abrir concurso público para a função de Piloto de Aeronaves e da criação da divisão de Observação Aérea Ambiental.

A preservação do meio ambiente tem sido tônica das administrações públicas modernas, tanto no Brasil quanto no mundo afora. Dentre as muitas medidas tomadas para a proteção das áreas ambientais, estão o monitoramento via satélite, a vigia por terra, o uso de campanhas educativas e, merecendo um principal destaque, o uso de aeronaves para o monitoramento do meio ambiente, a exemplo de Estados como Rio Grande do Sul e São Paulo.

Recentemente o Governo do Estado do Paraná tomou a importante iniciativa de adquirir duas aeronaves, motoplanadores Ximango, que serão utilizadas em missões de observação e guarda de áreas ambientais, mananciais, dentre outras. Dada a importância deste trabalho,

que em muitos casos requer sigilo e comprometimento da tripulação, bem como experiência e treinamento específico adequado, fica evidente que a contratação, dentro dos quadros funcionais do Estado do Paraná, seria a melhor forma para atender estas necessidades.

Diante do exposto deve-se mencionar que o Paraná é detentor de inúmeras Bases Operacionais em potencial destacando-se Paranaguá, Guaratuba, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Guaíra, dentre outras. Assim, solicitamos a informação sobre a viabilidade de criação da função de Piloto de Aeronaves e da Divisão de Observação Aérea Ambiental, nos quadros do Instituto Ambiental do Paraná.

Destarte, aproveitamos ainda esta oportunidade, desejando as mais sinceras felicitações e o nosso voto de mais estima.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) MARCOS ISFER

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 217/2004
A Assembléia Legislativa
do Estado do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 01.06.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, com sede e foro no Município de Londrina, foi criada a princípio para discutir e ampliar a visão sobre igualdade de gênero e cidadania, destacando-se a violência contra a mulher, o planejamento familiar, a igualdade de salários, a exigência de creches nas empresas, a dupla jornada de trabalho, a divisão sexual de trabalho e por fim, a participação política feminina. Hoje atende desde crianças a idosos, e participa de discussões não só relacionada à questão de gênero, mas também relacionada à questão ambiental, saúde, geração de renda, cultura, democratização dos meios de comunicação e educação. Atua também como agente multiplicador para a formação de novas entidades comunitárias de mulheres, principalmente em Londrina, totalizando 56 entidades formadas pela Associação. Devido à sua participação e atuação, foi a primeira entidade convocada para discutir a Coordenadoria Especial da Mulher, hoje Secretaria Especial da Mulher de Londrina.

PROJETO DE LEI Nº 218/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Estudos e Pesquisas Espíritas e Assistência Social de Irati - SEPEASI, com sede e foro no Município de Irati.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

A SEPEASI é uma entidade sem fins lucrativos que desde 1999 vem desenvolvendo inúmeras atividades em prol da criança de Irati. A entidade mantém um programa de atendimento à criança desnutrida de Irati através do repasse de leite vitaminado às crianças cadastradas, bem como realiza bazares para a arrecadação de recursos para a entidade.

Tendo em vista a importância do trabalho realizado pela entidade, é de suma importância a declaração de Utilidade Pública para que possa continuar e melhorar o atendimento à comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 219/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso à Associação dos Sericicultores, do imóvel pertencente ao patrimônio do Estado do Paraná, no Município de Alto Paraná, situado à Rua Presidente Craveiro Lopes, nº 2636, Alto Paraná / PR, com área de 450 m2, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Alto Paraná, sob nº 1075, Livro 3-B, fls. 110.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior deverá ser utilizado, exclusivamente, para a instalação e manutenção das atividades da Associação dos Sericicultores, podendo o mesmo ser retomado a qualquer momento pelo Estado do Paraná, tendo a cessão duração até 31/12/2010, prorrogável mediante consenso entre as partes não podendo ser utilizado para outros fins, nem transferido a terceiros, sob pena de tal cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, a Associação, responsável pela preservação e conservação do bem cedido, como também pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso à Associação de Serici-

cultores, do imóvel pertencente ao patrimônio do Estado do Paraná, no Município de Alto Paraná, situado à Rua Presidente Craveiro Lopes, nº 2636, Alto Paraná / PR, com área de 450 m², registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Alto Paraná, sob nº 1428.

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses da coletividade, eis que o imóvel a ser cedido será utilizado, exclusivamente, para instalação e manutenção da cessionária, estando previstas no texto do projeto, definições quanto ao prazo e forma de prorrogação da permissão de uso, suas exatas finalidades, possibilitando a retomada pelo Estado, assim como outras condicionantes.

A Associação dos Sericicultores tem por objetivo principal, o estímulo ao desenvolvimento e a defesa das entidades econômicas, sociais e culturais de seus associados que trabalham na produção da seda.

PROJETO DE LEI Nº 220/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituída no calendário oficial do Estado do Paraná, a Semana de Doação de Sangue, a ser realizada anualmente, tendo como referência a data de 25 de novembro, Dia do Doador de Sangue.

Art. 2º - As despesas decorrentes correrão por conta de dotações próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.
(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto tem por objetivo incentivar as doações de sangue no Estado, e engajar a população numa luta diária que os hospitais e bancos de sangue travam em busca de doadores que elevem seus estoques de sangue, conscientizando, informando e estimulando às doações.

Adotamos a semana de novembro antecedendo ou precedendo o dia 25, Dia do Doador de Sangue, data constante do calendário nacional de eventos oficiais. Assim sendo, conto com o apoio dos demais Pares desta Casa de Leis, para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 221/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As doações de cordões umbilicais no Estado do Paraná dar-se-ão através dos dispositivos desta lei.

Art. 2º - Todas as maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado do Paraná, ficam obrigadas a realizar a campanha para a doação do cordão umbilical dos recém-nascidos.

Parágrafo Único - Esta campanha será permanente, e realizada das seguintes formas:

I - através da afixação de cartazes confeccionados pelas Secretaria da Saúde em locais estratégicos da instituição médica, indicando os benefícios da doação do cordão umbilical.

II - através de contato pessoal do médico responsável com os pais do nascituro, durante as consultas pré-natais, quando forem realizadas.

III - através de contato pessoal do médico responsável com os pais do recém-nascido após o parto.

Art. 3º - A doação do cordão umbilical deverá ser obrigatoriedade consentida pelos responsáveis legais do recém-nascido.

§ 1º - A autorização referida no *caput* deste artigo deverá ser realizada por escrito.

§ 2º - A autorização deverá ser colhida, preferencialmente, antes do nascimento da criança.

§ 3º - Caso impossibilitada a ação do parágrafo anterior, colher-se-á a autorização no momento oportuno mais próximo do nascimento.

Art. 4º - O disposto nesta lei aplica-se somente a recém-nascido cujo parto ocorrer entre a 30ª (trigésima) e a 42ª (quadragésima segunda) semana de gravidez.

Art. 5º - O profissional da área da Saúde deverá efetuar os procedimentos necessários à conservação e encaminhamento do cordão umbilical aos órgãos públicos que efetuem o congelamento e armazenamento do mesmo.

Art. 6º - A inobservância ao disposto nesta lei acarretará à Maternidade ou estabelecimento hospitalar infrator as seguintes penalidades:

I - na primeira infração constatada: advertência;

II - na reincidência: sindicância para apurar responsabilidade e eventuais punições.

Art. 7º - O Estado fica autorizado a firmar convênio com entidades públicas e particulares a fim de dar cumprimento ao estabelecido por esta lei.

Art. 8º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 9º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria de Estado da Saúde, suplementa-

das, se necessário, devendo as previsões futuras destinarem recursos específicos para o seu fiel cumprimento.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.06.2004.

(a) MARCOS ISFER

JUSTIFICATIVA:

Conforme divulgado na reportagem do Jornal Nacional uma conquista extraordinária da medicina ainda depende da colaboração dos cidadãos para salvar a vida de mais brasileiros. Basta que aumente o número de doadores do cordão umbilical dos recém-nascidos.

Recentemente, dentro de um recipiente especial, vieram células congeladas de Londres para a brasileira Elaine Quintana que tem leucemia e que, depois de fazer o transplante de células-tronco, tem grandes chances de ficar curada. As células-tronco que ela injetou saíram do sangue do cordão umbilical de um recém-nascido e vieram do exterior, pois no Brasil não existem doadores suficientes para permitir uma maior compatibilidade entre o doador e o beneficiário.

As células-tronco se formam entre o 8º e o 10º mês de gestação e tem a capacidade poderosa de se transformar em qualquer tipo de célula existente no corpo humano, ajudando no tratamento de vários tipos de tumores e também da leucemia. A leucemia é o tipo mais frequente de câncer em jovens.

Anualmente milhares de crianças no Brasil são vítimas de câncer e somente 70% conseguem alcançar a cura ou uma longa sobrevivência através de tratamento quimioterápico. Assim, 30% dessas crianças tornam-se resistentes às drogas quimioterápicas e somente um transplante de célula progenitoras pode proporcionar uma segunda chance de vida para esses pacientes. No momento, muitas crianças estão condenadas à morte e nada pode ser feito por elas por um único motivo: falta de um doador compatível.

Por certo, as parturientes que dão à luz nos hospitais ou maternidades da rede estadual se sentirão duplamente reconfortadas e felizes ao saberem que a doação do cordão umbilical de seu recém-nascido poderá salvar a vida de outra criança. Hoje, os cordões umbilicais não são aproveitados, ou seja, após o parto são jogados no lixo.

Diante da relevância da matéria contamos com o apoio dos nobres Pares à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A economia brasileira cresce pelo terceiro trimestre consecutivo.

Vamos aos números:

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,7% no trimestre sobre o ano passado. É o primeiro resultado positivo depois de uma sequência de três trimestres em queda na comparação com os mesmos trimestres do ano anterior.

Em relação ao trimestre anterior, todos os setores apresentaram taxas positivas. A Agropecuária apresentou crescimento de 6,4% a Indústria 2,9% e os Serviços uma variação positiva de 1,2%. Exportações crescem 5,6% e Importações 4,0%. O consumo das famílias aumentou 1,2%. Esse item vinha apresentando quedas sucessivas nessa comparação desde meados de 2001 com uma exceção no terceiro trimestre de 2002.

O investimento registrou elevação de 2,2% após quatro trimestre em queda. O consumo do governo aumentou 1,5%. As exportações cresceram 19,3% sobre o mesmo período do ano passado e as importações, 11,7%. Isso significa que a política econômica do Governo Lula está no caminho certo. Com prudência, o Governo Federal quer que o País cresça de forma segura, sem bolhas artificiais de crescimento, sem demagogia ou estelionatos eleitorais como o povo brasileiro já sofreu no passado.

Há uma clareza, uma segurança na gestão fiscal da política federal que já se reflete na indústria e está se refletindo no consumo, e gradativamente, haverá um crescimento da economia brasileira. E, a médio e a longo prazos, dará mais empregos e mais Receita ao País. Temos a convicção com esses dados, que são do IBGE, apontam uma segurança na política econômica adotada pelo Presidente Lula e está refletindo em nosso Estado.

Com orgulho podemos anunciar isso, porque sempre, no passado, anunciavam-se grandes planos econômicos e criavam uma ilusão no povo. Optamos por essa linha segura, honrando compromissos, mas que dão sustentação a médio e a longo prazos.

Acreditamos nessa política! E dará certo, porque os números já apontam para isso.

Muito obrigado!

A SRA. ELZA CORREIA (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença dos Srs. Santos, Presidente do PSDB de Londrina; Carlos Camargo, Líder do Partido, e João Neto presidente da APROR.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Fica registrada a presença dos ilustres visitantes dos nossos amigos.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a presença do popularmente chamado “Sacola”, Vereador do PT da cidade de Paranacity e Presidente da Cooperativa COPAVI.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Fica registrada a presença do ilustre visitante.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Sr. Deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Alguns dias atrás, nesta tribuna, trouxemos a público um negócio realizado pela COPEL com a Triunfo Participações na aquisição, pela COPEL, da participação acionária da Triunfo na ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão.

Dizíamos que tinha havido um negócio que não estava muito claro, e o negócio quando é feito com dinheiro público, tem que ter a maior clareza possível.

Hoje, os jornais estampam manchetes de que o Tribunal de Contas pode impugnar a operação, ou seja, o Tribunal de Contas não dará o seu aval para que se continue a negociação e, por conseguinte, a COPEL deverá perder os sete milhões de reais que deu como sinal de negócio.

Mas não é só isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tem mais, muito mais: um negócio que foi feito em dezembro, com o pagamento de um sinal de sete milhões pela compra de uma participação de 30% das Centrais Elétricas do Rio Jordão! Vejam como cheira mal esse negócio!

Esteve aqui o Diretor da COPEL, Gilberto Griebler, que nos afirmou, daquela tribuna, que não foi necessário fazer avaliação da participação acionária da Triunfo na ELEJOR porque a COPEL é especializada, porque, se há um assunto que a COPEL conhece bem e que dê pareceres, é com relação à energia.

Pois bem, Sras. e Srs. Deputados, não se pegou avaliação. Dizia ele, que ao iniciar-se as negociações a Triunfo teria pedido cinquenta milhões pela sua participação de 30% e na negociação conseguiu-se um preço melhor e o negócio acabou sendo fechado por quarenta e dois milhões. Agora, o que demonstra que o negócio não foi bom para a COPEL e, por conseguinte, não foi bom para o povo do Paraná é que imediatamente a COPEL assinou um contrato de mútuo. O que é um contrato de mútuo?

O contrato de mútuo é um empréstimo que o sócio faz para a empresa. Isto demonstra, Deputado Tureck, o senhor que é um homem versado nas ciências contábeis, que a situação econômica da ELEJOR é a pior possível. Tanto é verdade que foi assinado um contrato de mútuo e já em seguida foi paga a primeira parcela em 24 de dezembro e a segunda em 26 de janeiro. Nessas duas parcelas a COPEL emprestou à ELEJOR, quarenta e dois milhões de reais. Por que o negócio não é bom?

Todos sabem, quando uma sociedade tem um sócio que tem mais dinheiro que o outro, o mercado diz que se a empresa passa por dificuldades e se todos os sócios não têm dinheiro para colocar no negócio, aquele que tem disponível acaba comprando a participação dos outros

sócios por um preço que não aquele que a COPEL pagou pela participação acionária da ELEJOR.

(Passa a usar o Horário da Liderança)

Vejam os senhores, a Triunfo queria cinquenta e a COPEL pagou quarenta e dois. Agora, Deputado Rossoni, se a empresa está precisando de dinheiro, certamente venderia por um preço menor.

Tem mais, senhores: por que só a COPEL emprestar dinheiro para a ELEJOR? Existe um outro acionista que é a Paineira que tem 30% da ELEJOR!

O que aconteceu? A COPEL injetou dinheiro, é claro, a ELEJOR continua a sua construção, conclui a obra e quem acaba ganhando é quem tem os 30% e não colocou; não precisou emprestar dinheiro para a empresa.

E o que é pior, Srs. Deputados, temos aqui um comunicado da Diretoria da COPEL que nos informa que o negócio foi realizado nessas condições e que a COPEL aportou no dia 24 de dezembro, como empréstimo, como mútuo, vinte e quatro milhões; e a segunda parcela, no dia 26 de janeiro, dezoito milhões, cento e quarenta e um mil, oitocentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos.

Só que não é somente este valor, Deputado Luiz Carlos Martins, o contrato de mútuo, na verdade, é de cento e oito milhões de reais.

A terceira parcela, no dia 7 de abril, dezoito milhões, cento e cinquenta e um mil reais; dia 16 de abril, quinze milhões, duzentos e nove mil reais; dia 10 de maio, quinze milhões, novecentos e sessenta e três mil reais, faltando saldar, pelo contrato, apenas a última parcela de dezesseis milhões.

Então, vejam os senhores, a COPEL já colocou na ELEJOR, como empréstimo, mais de noventa milhões de reais, e eu pergunto, quanto colocou o outro acionista que tem 30%? Quanto emprestou o outro acionista para a COPEL? Por que a COPEL tem que colocar dinheiro emprestado para o outro sócio, negócio que só pai faz para filho?

Concedo aparte ao nobre Deputado Valdir Rossoni

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Carli, agradeço o aparte que V. Exa. me permite.

Já batizamos esse negócio da ELEJOR como o “negócio da China”. Há um ditado popular que quando o negócio é muito bom é um negócio da China.

Pela primeira vez eu vejo que para começar a negociar-se adianta sete milhões de reais. Antes de negociar, a Fundação COPEL negocia com essa mesma empresa e compra sessenta milhões de ações da Triunfo! Estava falando com um corretor e já fiz esse pronunciamento na tribuna, esses sessenta milhões comprados pela Fundação COPEL, que é uma questão que nos próximos dias vão ter de investigar com profundidade, se for pegar esses sessenta milhões que foram comprados da Triunfo e colocar no mercado, hoje, ela não vale certamente 50%

do valor que foi adquirido. E sabe há quanto tempo isso aconteceu? Três, quatro meses atrás!

Então, quer dizer, ninguém mais nesse mundo gostaria de ser o dono da Triunfo. Esse homem pode viajar o mundo, que ele não tem mais dificuldades de recursos. E por quê?

Primeiro, para começar a negociação, dão-lhe sete milhões. Antes disso, a Fundação COPEL compra sessenta milhões de ações da Triunfo, que não valem trinta - se colocarmos na Bolsa, hoje, não encontramos compradores!

Mas, para não errar no cálculo, o corretor me disse que valem 50%. Aí este senhor que era sócio da ELEJOR investiu vinte e um milhões na construção dessa Usina. Pasmem os senhores, para vender a sua participação, recebeu o dobro do que investiu e esse investimento que ele está fazendo ainda não está nem terminado, não está nem gerando riqueza.

Quer dizer, esse é o verdadeiro “negócio da China” e nós merecemos explicações. As explicações aqui nos foram fornecidas pelo Diretor da COPEL, Dr. Gilberto, não me convenceram, e acredito que não convenceram a V. Exa., porque não existe esse tipo de negociação.

Somo-me ao seu pronunciamento e nós, que estamos aqui para fazer Oposição e para fiscalizar o Governo, temos que ir a fundo nessa questão, porque está aí a posição do Tribunal de Contas não aceitando essa negociação. E aí pergunto, quem vai devolver os sessenta milhões de ações que foram comprados e não valem nada hoje? Quem vai devolver à COPEL os sete milhões adiantados?

É uma pergunta que fica no ar com esses recursos que estão sendo praticamente, de forma irresponsável, usados em negociações que deixam uma enorme dúvida em nossas cabeças.

Obrigado, Deputado Carli!

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Agradeço o aparte do Deputado Rossoni!

Para concluir, Deputado Rossoni, a COPEL não vai ter que receber somente sete milhões que adiantou, porque esses, pelo contrato, ela vai acabar perdendo. O que temos que saber são os cento e oito milhões de reais que a COPEL tem que colocar na empresa como empréstimo, como mútuo. Quando é que ela vai receber esse dinheiro? E o outro acionista, a Paineira, que tem 30%?

Eu gostaria de ter um sócio como esse, porque monta-se uma empresa e eu não tenho dinheiro, mas o meu sócio é rico, tem dinheiro, ele coloca na empresa, que cresce e gera frutos, e fico com a minha participação. Colocou muito bem o Deputado Rossoni: é um verdadeiro “negócio da China”. E, é claro que é um negócio da China antiga, quando ainda era uma Colônia inglesa e que para lá iam as caravanas negociar e trazer as suas riquezas, em troca de penduricalhos para os chineses.

Este é o verdadeiro “negócio da China”! Cento e oito milhões de mútuo, sete de sinal, mais quarenta e dois para a empresa Triunfo e mais sessenta milhões de debêntures que serão conversíveis em ações, mas que não tem valor de mercado e que se lançadas na Bolsa, hoje, não tem comércio!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrado o tempo de V. Exa.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Há quem diga que não seriam sete, mas sim, quatorze milhões!

O SR. ADEMAR TRAIANO

O assunto, Deputado Carli, seria importante como objeto de denúncia ao Ministério Público para realmente fazer uma averiguação completa sobre essa questão que envolve ELEJOR e COPEL.

O seu pronunciamento realmente é digno de elogios e quero crer que a Bancada de Oposição deve tomar a iniciativa no sentido de fazer essa denúncia para esclarecermos tal fato, já que no passado a Bancada de Oposição e o próprio Governador Requião traziam para cá inúmeras denúncias e tudo era alvo para ações, contra as ações do Governo anterior.

Portanto, acho que este é o momento oportuno para fazermos isso, em conjunto com a Bancada da Oposição.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Muito obrigado, Deputado Ademar Traiano!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Próximo orador inscrito, Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A manchete de ontem em um dos principais jornais do Paraná, se não o principal, a Gazeta do Povo, em relação a Foz do Iguaçu nos entristece. Entristece quando nós, Deputados - e aqui faço um parêntese de algo que eu nunca escondi nem em Foz do Iguaçu e nem em qualquer lugar do Estado do Paraná, que as minhas divergências políticas que sejam com qualquer Deputado de Foz do Iguaçu, não ultrapassam os limites de Foz do Iguaçu. Saindo de Foz do Iguaçu, nós devemos formar um time em defesa, da nossa cidade. É esta a postura que tenho tido nesta Assembléia, jamais jogando contra Foz do Iguaçu.

A exemplo disso, na semana passada, defendi aqui o Prefeito Sâmis da Silva, que aliás somos adversários políticos. Entretanto, quando tentamos ajudar Foz do Iguaçu, muitas vezes somos barrados. Quando tentei ajudar o Governador a cumprir com a promessa que fez, não para mim, não para qualquer Deputado, não para o Prefeito, mas para a população de Foz do Iguaçu, prometendo que Foz seria a cidade mais segura do Brasil, no dia

09 de março encaminhamos um expediente ao Sr. José Aparecido Fardim, Comandante do Policiamento Interior, pedindo informações a respeito do contingente de policiais militares em Foz do Iguaçu.

Por que fizemos isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados? Porque tínhamos o objetivo de subsidiar um pedido de aumento, porque com certeza o Governo precisa ser subsidiado quanto as estatísticas. E nos temos informações, inclusive do Presidente da Comissão de Segurança desta Casa, o Deputado Bradock, que apesar do número de policiais civis e militares no Estado do Paraná, como um todo, estar aquém do número estipulado como o ideal pela ONU, que é de seis policiais para cada mil habitantes, nós em Foz do Iguaçu que temos mais de 280 mil habitantes, com certeza temos essa defasagem muito enaltecida, tanto é que temos informações extra-oficiais e por isso mesmo solicitamos informações oficiais, que nós temos menos de 200 policiais militares na Cidade de Foz do Iguaçu.

Se formos dividir esse número pelo número ideal, contando com o policiamento da Polícia Civil, com certeza isso, por si só, não afastaria essa manchete, e também pode ser que nós continuaríamos sendo uma das cidades mais violentas do País. Mas, com certeza, os argumentos seriam muito fortes para que o Governo do Estado mandasse um contingente maior de policiais para a nossa cidade.

Então, a Gazeta do Povo, neste sentido, colocou que em 2003, portanto, já no Governo do Exmo. Sr. Roberto Requião, teve 247 homicídios na nossa cidade. Um número três vezes maior que a Cidade de Curitiba, proporcionalmente ao número de habitantes e um número duas vezes maior que a Cidade de São Paulo. Isso com certeza afeta a imagem de Foz do Iguaçu, mas afeta a imagem do Paraná, porque Foz do Iguaçu é o cartão postal, é o nosso cartão de visita, através das nossas Cataratas, da nossa Itaipu, do Estado do Paraná. E nós tínhamos esse objetivo e, inclusive, hoje ligamos para o Comando do Policiamento Interior e nos informaram que esses dados que nós solicitamos no mês de março já estão prontos.

Estão prontos, onde? Foram enviados e pararam na Secretaria da Segurança Pública!

(O orador passa a usar o horário da liderança do seu Partido)

Neste sentido eu faço um apelo ao Líder do Governo, para que o Secretário encaminhe os dados para esta Casa, para que possamos, em conjunto não só com os Deputados de Foz do Iguaçu, mas todos os Deputados desta Casa, fazer um requerimento de momento, dentro das limitações de Governo, mas com base nas estatísticas que, infelizmente, apontam Foz do Iguaçu como uma das cidades mais violentas do País!

Então, eu faço este apelo ao Líder do Governo, e não havendo retorno, estaremos encaminhando à Presi-

dência o requerimento nos moldes do Regimento, para que, no prazo de 30 dias, a Secretaria da Segurança forneça os números; não fornecendo, aplique-se o dispositivo da Constituição Estadual quanto às sanções ao Secretário, em sendo omissa na resposta do requerimento de um Parlamentar, porque o Parlamentar tem que exercer a função, sim, de cobrar e inclusive ajudar o Governo nas soluções a que ele se propõe.

O Sr. Dobrandino da Silva

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Reni Pereira, muito obrigado pelo aparte e agradeço a sua preocupação com a segurança de Foz do Iguaçu, que é preocupante mesmo, mas eu quero informar-lhe que o número de policiais de Foz do Iguaçu é de 280 policiais militares e 90 policiais civis. E nós, conversando com o Secretário de Segurança, tenho conversado com ele constantemente, vou lá e ele tem me atendido. Embora haja muita reclamação da segurança e do Secretário, eu não posso me queixar; vou no seu gabinete e ele tem me atendido, mas a pedido nosso e do Prefeito de Foz do Iguaçu, a Secretaria e o Governador, já estão instalados, em Foz do Iguaçu, V. Exa. tem conhecimento, uma força-tarefa que vai ficar por 90 dias em Foz do Iguaçu e hoje posso afirmar que tem policiamento suficiente em Foz do Iguaçu.

O governo mandou para lá uma força-tarefa, inicialmente por 90 dias, e pode se estender por um tempo maior para que a segurança de Foz do Iguaçu fique sob o controle da Secretaria.

Eu não quero defender o Secretário, porque na verdade V. Exa. tem razão de fazer este apelo, pois a segurança é um direito do cidadão e uma obrigação do governo e em Foz do Iguaçu os números realmente procedem e fazem com que V. Exa. tenha esta preocupação que é nossa também, mas no momento está tendo um apoio especial com a força-tarefa lá em Foz do Iguaçu.

Eu espero que isso passe ao controle da Secretaria, do Governo, para que não nos preocupemos mais com esses números alarmantes da criminalidade de Foz do Iguaçu.

Obrigado, Deputado.

O SR. RENI PEREIRA

Agradeço o aparte, Deputado Dobrandino, mas gostaria de retificar a questão que o senhor invoca, essa força-tarefa, por 90 dias, só, não vai ser suficiente, porque inclusive a Gazeta do Povo, com muita sabedoria, aponta as causas da insegurança de Foz do Iguaçu, que é a falta de emprego, como de resto no restante do País. Mas, em Foz do Iguaçu isso se agrava, em virtude de uma rede de conexões com o ilícito, que assola a nossa fronteira.

Para que nós possamos, de maneira efetiva, combater a insegurança das famílias de Foz do Iguaçu, dos turistas que de lá estão se evadindo, mudando de destino,

precisamos desses números e precisamos que o Governo do Estado, a quem reputo em nome do Governador, estima e seriedade, e acredito na sua palavra de transformar Foz do Iguaçu, na cidade mais segura do País. Nós só o faremos se, a legião de desempregados que hoje se encaminha para a criminalidade na nossa cidade, tiverem oportunidade.

Gostaria de enfatizar que 90 dias não basta, nós precisamos de medidas eficazes para sanear e erradicar de uma vez a insegurança de Foz do Iguaçu que, só acontecerá com a geração de novas oportunidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Pela ordem, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI -

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Na verdade o que me faz subir à tribuna são diversos assuntos. Precisaria aqui de pelo menos umas três horas, para abordar os assuntos que nos chegam diariamente sobre as questões de Governo e sobre as questões nacionais.

Gostaria de ter a atenção dos parlamentares, em especial dos do PT. Neste último final de semana, no Jornal o Globo, li uma reportagem que no mínimo me deixou indignado. Agora chegou o Deputado Líder do Governo, vou procurar ser mais sintético. Agradeço a sua atenção.

No jornal O Globo trazia uma reportagem que talvez muitas pessoas não tenham conhecimento, a compra do avião para o Presidente da República, que custa 56 milhões de dólares. Para nós transformarmos isso em recursos, em reais, são 180 milhões. Até aí não fiquei preocupado, mas, acompanhando a reportagem - eu sempre achei que o Presidente da República tem que ter um bom avião, para fazer as suas viagens e as suas deslocamentos importantes - o jornal traça um comparativo do que os outros países têm.

Pasmem, os senhores, se formos à rica Inglaterra, não tem um avião igual ao que o Lula comprou; se formos à França, não tem um avião como o Lula comprou; se nós formos a todos os países do mundo, exceto aos Estados Unidos, nenhum tem um avião igual ao que o Lula comprou, apenas George Bush. Agora, o Lula tem o conforto de um avião para fazer as suas viagens.

Eu imagino, aqui desta tribuna se fosse outra pessoa que estivesse presidindo o Brasil, e fosse outro o Presidente da República que estivesse cometendo essa heresia contra a pobreza brasileira, o que estaria falando o PT, aqui desta tribuna?

Por isso, acredito que é chegado o momento deste PT do Paraná, o qual temos respeito, de encaminhar uma correspondência ao Presidente Lula, porque uma atitude como essa deixa qualquer cidadão indignado, cento e oitenta milhões. Isto, apenas para fazermos uma análise

sobre a reportagem trazida pelo Jornal O Globo, que acredito ser verdadeira, pois é um jornal que merece a nossa confiança. É algo que deixa o povo brasileiro perguntando o que é que faz o Presidente da República tomar essa atitude, enquanto nós, brasileiros, não podemos mais sair às ruas, porque não temos segurança! Os programas lançados pelo Governo, Deputado Luiz Carlos Martins, nenhum está funcionando. Cito, aqui, o Programa do Primeiro Emprego. Veja que coisa fantástica.

O Programa Primeiro Emprego criou em torno de 800 empregos (tenho uma reportagem da Revista Veja) e o amigo do Presidente da República que é Presidente de uma ONG recebeu sete milhões (esse é o último escândalo que apareceu do Governo) para treinamento de pessoas para o primeiro emprego. Parece que agora estão indo em cima de outras ONG's. Então imaginem, sou seu amigo Deputado Luiz Carlos Martins, e sou o Governador do Paraná ou presidente da República, e o senhor é Presidente de uma ONG e recebe 7 milhões para treinamento de trabalhadores de primeiro emprego. E aí esse programa é lançado com toda pompa. E diga-se de passagem, se formos pegar só o dinheiro gasto com publicidade, talvez pudéssemos ter criado 20 mil, 30 mil empregos. E foram criados 700!

Só entrei nesta questão, porque é de fundamental importância para que possamos observar que estamos chegando em uma nova eleição municipal e não podemos cair novamente na promessa fácil. A questão do salário-mínimo, por exemplo, vamos dobrá-lo. Onde está o valor do salário-mínimo? Está lá agora uma luta no salário-mínimo de 260 reais! E de quem o Lula está dependendo no Congresso Nacional, para aprovar 260 reais de salário-mínimo? De seus aliados, Antonio Carlos Magalhães, José Sarney, Jaber Barbalho. Há setores do PT que estão revoltados com a atitude do Presidente da República.

Quando nós imaginávamos de sã consciência, Deputado Luiz Carlos Martins, Deputado Welter, Deputado Traiano, quando poderíamos imaginar que Lula, Presidente da República, dependeria de Sarney, de Antonio Carlos Magalhães e companhia limitada? Eu na minha imaginação, por mais rica que ela seja, nunca imaginaria que isto pudesse acontecer.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Welter.

O Sr. Elton Carlos Welter

V. Exa. colocou alguns dados, mas esse Governo está apurando todos os fatos. Diga-me qual o fato que não está sendo apurado pela Polícia Federal: Abriu-se Sindicância e se está apurando de fato. Por exemplo, a Operação Vampiro foi determinação do Ministro, apurar, punir e demitir os envolvidos. Em todo o período do Serra, não se fez isso! Essa operação vem desde o tempo do PC! Todos sabem, que, mesmo dentro da Polícia Federal, há uma divisão política de ir a fundo, de se investigar, apurar.

Esse Governo está fazendo com muita seriedade o combate à corrupção. Sabemos que existem grandes víc-

ios, dentro das estruturas públicas, infelizmente. Este Governo está atuando e fiscalizando. Vamos até o fim ao combate à corrupção! A estrutura política e econômica deste País está sendo conduzida no sentido de melhorar. Espera-se que se faça milagre com o salário, em um ano e cinco meses. Isso não é possível! Todo mundo sabe que em uma economia ampla e complexa, como a nossa internacionalizada, e um País periférico, o que está sendo possível, está sendo feito com dignidade, vontade e dedicação do nosso Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI

O Deputado Welter deve estar vivendo em outro mundo e em outro Brasil, que eu não estou vivendo. Esta situação, em dizer que nós estamos apurando tudo, esta é a grande mentira deste País!

Ora, meus amigos a Ágora, para os senhores terem uma idéia, recebeu sete milhões. Esta ONG que merece uma CPI, sabem que quem a dirigia está trabalhando com o Zé Dirceu? E por que não querem a CPI do Diniz, para tirarmos a limpo essa situação? Essa história que estamos investigando tudo - está sendo investigado, sim pela Polícia Federal, muito competente neste caso, mas por determinação da Polícia Federal! Quando se fala em CPI - para quem gostava tanto de CPI - fogem dela como o Diabo fuge da cruz.

Sr. Presidente, só para dizer aos servidores que estão aqui reivindicando aumento de salário: estamos aqui na Casa com um projeto, para aumento de 100% dos salários dos Secretários de Governo. Esse projeto, é importante que se diga, é oriundo da Bancada do Governo, que representa o Governo Requião nesta Casa. Estamos assumindo aqui um compromisso, de que quando esse projeto vier para esta Casa para ser votado, emendá-lo, apresentar uma emenda, para que o aumento seja linear a todos os funcionários públicos do Paraná.

Chega de blá, blá, blá!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acabei de ouvir o pronunciamento do Deputado Rossoni, falando de aumento aos Secretários

Deputado Rossoni, hoje, pela manhã, tivemos uma reunião da CCJ e eu, na condição de membro, preocupado com isso que V. Exa. acaba de falar, juntamente com o Deputado Barbosa Neto, de Londrina, companheiro nosso na luta e ao lado do Deputado Plauto, votamos contrários a esse projeto, de aumento de 100% aos Secretários.

Quero dizer, que não tenho nada pessoal contra qualquer Secretário. Acho até que ele ganha pouco, pela responsabilidade que tem, mas acho também que ganham pouco os funcionários do Estado. Ganha pouco o profes-

sor da Universidade. Ganha pouco o pessoal da Saúde, mas nós não podemos dar cem por cento de aumento. Agora o Governo propõe no afogadilho, de emergência, um aumento de cem por cento para os Secretários, quando não pagam o retroativo dos professores, que prometeu. Os professores foram engabelados pelo Governo, que receberiam esse aumento.

Então, votei e vou votar contra por uma outra razão: eu disse, que não votaria enquanto o Governo não resolver o caso do Instituto Médico Legal lá de Ponta Grossa. É uma vergonha! Fui numa reunião política, semana passada, e lá levantou-se um cidadão e perguntou: “Deputado, o que o senhor está fazendo para resolver o problema do Instituto Médico Legal de Ponta Grossa, o senhor que é daqui?” No Instituto Médico Legal, um corpo ficou esperando 12 horas para ser liberado! “O que o senhor faz na Assembléia Deputado?” Eu levantei e disse: “Olha, eu sou o que mais briga pelo IML; tenho brigado para que haja respeito com o Instituto Médico Legal do Paraná”.

Como não consigo, Deputado Hermas Brandão, V. Exa. que tem toda esta experiência, sensibilizasse o Governo de que Instituto Médico Legal é do povo, Instituto Médico Legal é do sofrimento, é da dor, eu resolvi radicalizar! Vou radicalizar. Não tem dinheiro para pagar o retroativo dos professores, não tem dinheiro para dar aumento para quem precisa, eu vou votar a favor de um aumento dos secretários de cem por cento? De jeito nenhum!

Este é meu posicionamento. Que me perdoem os bons Secretários de Governo, mas se o Governo tem Secretários que não cumprem sua tarefa, que não fazem o que deveriam fazer, como diz o ditado, “os bons vão pagar pelos ruins”. É assim que nós pagamos. Quando se fala nos políticos, todos não prestam! Todos são ruins! Então, vamos devolver do mesmo modo.

Este é um pensamento meu. Quero justificar meu voto. Como sou um Deputado que não dá ouvido, que não respeitam o que eu estou falando, que não respeitam os pedidos que faço, então, com este Governo tem que ser na radicalização, tem que ser na “porrada”, tem que ser na cacetada, tem que se no “abafa”, porque não funciona!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito aos nossos ilustres visitantes que mantenham o respeito a esta Casa, como vocês têm respeito às suas casas. Eu suspenderei a Sessão e não darei continuidade! Não vou permitir bandalheiras aqui dentro! Estas senhoritas, senhoras e senhores que estão se manifestando, espero que o respeito na casa de vocês, na casa de seus pais, não seja idêntico.

Para encerrar, com a palavra o Deputado Jocelito Canto, que tem um minuto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, mais uma vez, nada contra os Secretários, mas quero aqui manifestar o meu respeito, porque defendo uma classe. E, neste momento, Sr. Presidente, essa classe está sofrendo. E essa classe é o IML!

Deputado Anibelli, pedi várias vezes para colocar funcionários no IML. Então, estou radicalizando do mesmo jeito. Como ninguém respeita o que estou pedindo, em nome do povo, aqui vão meus respeitos: eu voto contra!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedemos a palavra à Deputada Elza Correia.

A SR. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes servidores do Ensino Superior PSTU.

Queria colocar que na quinta-feira passada estive em Londrina e fiz uma exposição das nossas ações, do nosso trabalho aqui na Assembléia Legislativa, prestando conta do nosso trabalho. E, naquela sessão plenária estavam lá representantes da EMBRAPA, colocando as suas reivindicações, os seus problemas, a situação insustentável em que vive a EMBRAPA; nos pediram que fizesse uma moção de apoio ao movimento de servidores, e nós fizemos hoje essa moção, vários colegas Deputados assinaram conosco, e estamos encaminhando ao Ministério da Agricultura, ao Presidente Lula, também ao Presidente da EMBRAPA nacional, porque todos nós aqui estamos convencidos e não precisamos mais de argumentos para entender a importância incondicional da EMBRAPA do ponto de vista das ações ligadas à pesquisa agropecuária de grãos em nosso Estado e no País. Principalmente no Estado do Paraná, que é um dos grandes produtores de grãos do Brasil.

Então a reivindicação desses servidores, 8.612, sendo 2.202 pesquisadores e 6.410 técnicos, assistentes e auxiliares de pesquisa.

O que está acontecendo é que, além das perdas salariais, eles perderam nos últimos oito anos, 36% dos seus salários e reivindicam reajuste de 26% apenas, perdendo já nesta solicitação, 10% do reajuste. Estão solicitando principalmente investimentos na questão relativa a investimentos da pesquisa, onde houve um refluxo de 18% nos oito anos do Governo passado.

Então é uma reivindicação justa, importante e necessária para essa categoria. E nós, naquele momento, tomamos a liberdade de, em nome dos colegas aqui na casa sermos porta-voz daqueles servidores aqui na Assembléia Legislativa. Essa moção já está feita, assinada; certamente vai ser aprovada pelo plenário.

E nós estamos encaminhando, porque sem dúvida nenhuma, é um reivindicação das mais importantes e justas.

Sinceramente do ponto de vista da pesquisa, não sei como é que a EMBRAPA consegue ainda realizar pesquisas, tanto do ponto de vista da perda de recursos humanos, dos funcionários que se aposentam, que saem,

que vão para outras instituições, porque acabam tendo ofertas melhores para as suas ações como pesquisadores, como aqueles funcionários que se sentem absolutamente desestimulados a continuar na pesquisa da EMBRAPA.

Fui informada aqui pela nossa assessoria, que o Presidente da EMBRAPA estará hoje aqui, em uma solenidade. Seria importante que os companheiros prestigiassem-na, às 17h00 da tarde.

Mas, de qualquer maneira, neste momento não poderíamos deixar de ser porta-voz da reivindicação desses funcionários, principalmente os pesquisadores e os técnicos que estão numa situação de calamidade.

Evidentemente que aqui não vamos ficar “pedindo cabeça”, nem fazendo “caça as bruxas”, porque essa é uma situação que vem sendo arrolada durante muitos anos e não podemos dizer que a responsabilidade seja única e exclusivamente do Ministro da Agricultura, e tampouco do Presidente da República. Por outro lado, vivemos um momento muito importante da vida nacional em que no Governo Federal, temos técnicos do próprio Ministro da Agricultura, extremamente preocupado com essa questão do Brasil. Sem dúvida nenhuma o Presidente da República, o Ministro serão sensíveis a essa reivindicação dos funcionários da EMBRAPA, não só de Londrina, mas de todo o Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Grande Expediente, Deputado Tadeu Veneri por quinze minutos, e por sua solicitação os demais quinze minutos serão concedidos ao professor Luís Fernando Reis, representante das Universidades.

O SR. TADEU VENERI

Eu abro mão dos quinze minutos que teria direito, inicialmente, Sr. Presidente, para que o nosso convidado, professor Luís Fernando, possa usar a tribuna.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUÍZ FERNANDO REIS

Exmo. Sr. Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia Legislativa, Exmo. Sr. Natálio Stica, Líder do Governo nesta Casa, Sras. e Srs. Deputados.

Estou aqui como representante do Movimento das Universidades Estaduais do Paraná, dos três segmentos, professores, estudantes e funcionários, que estão presentes neste dias em Curitiba, reivindicando uma resposta efetiva do Governo em relação ao pleito que estamos, de maneira insistente, tentando negociar com o Governo desde o início do ano passado.

Representamos aqui mais de sessenta mil estudantes, mais de nove mil servidores administrativos e mais de seis mil docentes das seis Universidades Estaduais do Paraná.

Lembrar que hoje é 1º de junho e que esta Casa, no dia 18 de janeiro do ano de 1991, aprovou uma lei que determinava que 1º de junho deveria ser a data-base dos

servidores públicos estaduais, ou seja, que o Governo Estadual deveria neste dia estar anunciando o índice de reposição das perdas salariais do conjunto de servidores.

Infelizmente, já há algum tempo, essa lei foi esquecida, e apesar disso, no último dia 17 de maio, protocolamos no Palácio Iguaçu uma solicitação de audiência junto ao Governador Roberto Requião, para que pudéssemos receber da parte dele, uma resposta efetiva à nossa pauta de reivindicação, que já no ano passado nós protocolamos no Palácio Iguaçu e na Secretaria da Ciências e Tecnologia. Infelizmente, apesar da boa vontade demonstrada pelo Secretário Caíto Quintana, nós não conseguimos avançar nada; o único compromisso assumido pelo Secretário Caíto Quintana é que estaria tentando sensibilizar o Secretário Aldair Rizzi, para que abrisse um processo de negociação junto aos servidores das Universidades Estaduais do Paraná.

Se alguém suspendeu a negociação, não foi o Movimento representativo dos três segmentos das Universidades do Paraná; quem suspendeu a negociação foi o Governo através do Secretário Aldair Rizzi, que no último dia 27 de fevereiro disse o seguinte: “A posição do Governo do Estado do Paraná em relação às Universidades era a seguinte: zero de reajuste e nenhuma ampliação no ensino superior até o final do Governo Requião”. essa notícia nos entristeceu bastante, e por isso, resolvemos apelar ao Governador do Estado do Paraná.

Apresentamos uma pauta emergencial, estamos vivendo uma crise grave nas Universidades Estaduais do Paraná, e alguns pontos estamos reivindicando. Primeiro, reposição das perdas salariais acumuladas, de março de 97 a maio de 2003, 62%. Gostaríamos que o Governo, se não pode negociar os 62%, que sinalizasse qual é a sua disposição em negociar, porque só dizer não para nós, não é negociação; negociação é quando o Governo se dispõe efetivamente a oferecer uma proposta, e infelizmente até agora não ofereceu.

Outra coisa que queremos: ampliação do orçamento das Universidades Estaduais do Paraná. É preciso lembrar que o Governo Requião disse que 2003 seria um ano complicado, que tinham um orçamento herdado do Governo passado. Lembrar que em 2003 as Universidades receberam, orçado em torno de 420 milhões de reais para as Universidades, o que significa 9,12% do ICMS cota parte do Estado do Paraná.

Pois bem, o Governador enviou para esta Casa uma proposta que, reduziu em 11% o orçamento das Universidades Estaduais do Paraná. Hoje, está orçado apenas 8,14% de ICMS, ou seja, o Governador Roberto Requião está reduzindo os investimentos das Universidades Estaduais do Paraná, e isso é muito ruim.

Estamos solicitando a contratação, por meio de concurso público, de funcionários e professores. As Reitorias, as administrações superiores protocolaram, junto ao Governo do Estado, um pedido de contratação de 1.314 docentes. Infelizmente o Governo Roberto Requião autorizou apenas 690, via teste seletivo. Esse que é uma

modalidade precarizada, onde os professores são obrigados a se dedicar exclusivamente toda a sua carga horária ao ensino. E todos aqui sabem que a qualidade da universidade pública se dá porque os professores, além do ensino em sala de aula, fazem pesquisa e extensão.

Outra questão é a posição do Secretário do Governo de suspender o vestibular de 43 cursos. Ao invés de crescer, decresce, temos um decréscimo. Autorizou recentemente a criação de 15 cursos, e fez porque a Federação das Indústrias do Paraná e o SENAI se propuseram a injetar recurso privado para construir laboratório desses cursos.

Para nós, Universidade Pública tem que ser financiada integralmente com recursos do Tesouro do Estado.

Outra questão que nos preocupa e até defendemos como princípio, é a manutenção do ensino público nas Universidades Estaduais do Paraná. Somos contra qualquer cobrança de mensalidade, seja durante ou depois da conclusão do curso superior.

Sou um assíduo leitor da Agência Estadual de Notícias e me espanta quando vemos dois Paranas. O Paraná da Secretaria da Fazenda, que diz o seguinte: “esse é um dos Estados mais ricos da Federação. Foi o Estado que mais cresceu no ponto de vista econômico. E o cenário é extremamente positivo; acreditamos numa arrecadação tributária crescendo no Estado do Paraná.”

Por um lado, temos um Estado que arrecada cada vez mais. Por outro lado, ouvimos o nosso Secretário de Ensino Superior e temos a impressão que vivemos num Estado miserável, porque, a cada dia que passa, temos menos recursos e as Universidades têm sido tratadas a pão e água, apesar da grande contribuição para o desenvolvimento do Estado.

Estamos aqui para solicitar, especialmente do Deputado Natálio Stica que é Líder do Governo, a intermediação no sentido de que o Governo abra as negociações com o Movimento. Estamos dispostos a dialogar, conversar, ponderar. Temos acompanhado os dados do Estado e temos muito a dizer dos números que o Governo apresenta.

Chegou a vez desta Casa intermediar esse processo de negociação, e lembrar que naquela greve de seis meses em 2001, 2002 a Liderança do Governo desta Casa teve papel fundamental para resolver o seu problema.

Esperamos que os Deputados, esta Casa e a Liderança do Governo tenham um papel fundamental para evitar a greve. Não queremos fazê-la. Nossos alunos não a querem. A comunidade não a quer.

Entretanto, a pergunta é: o Governo Roberto Requião quer evitar a greve? Então, comece a negociar!

Queremos respeito, queremos negociação, queremos diálogo com o Governo. Nós queremos que as Universidades do Paraná sejam tratadas com dignidade, porque nós pensamos que a nossa parte temos cumprido e cabe, então, especialmente ao Governo, que tem o poder de negociar, abrir esse processo.

Era isso que nós queríamos dizer e gostaríamos de não ter que voltar para Curitiba; nós gostamos muito da Capital do Estado, mas preferimos ficar no Interior do Estado, nas universidades, labutando, desenvolvendo o ensino, a pesquisa de extensão, que é isso o que sabemos fazer. Nós não sabemos fazer greve, não queremos aprender a fazê-la, não queremos nos tornar profissionais em greve, não nascemos vocacionados para ser oposição, queremos, sim, trabalhar. Trabalho honesto, com condições dignas e nossos alunos exigem e merecem melhores condições.

As bibliotecas nas Universidades estaduais do Paraná estão em uma situação lastimável, nossos laboratórios, a mesma coisa e, apesar disso, as Universidades Estaduais do Paraná são consideradas universidades excelentes pela avaliação do MEC. Eu acho que isso prova que os alunos, professores e funcionários têm feito a sua parte. Cabe agora ao Governo colocar a mão na cabeça, na consciência e dizer que de fato quer evitar a greve das Universidades Estaduais de todo o Paraná e está disposto a negociar. Se o Governador estiver disposto, assim como nós, acho que temos acordo!

Era isso, obrigado!

(Manifestação da platéia)

O SR. TADEU VENERI **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, atendendo o pedido feito...

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Suspendo a Sessão por cinco minutos.

(Sessão temporariamente suspensa)

Reabrindo os trabalhos, passamos ao Horário das Lideranças.

O SR. TADEU VENERI **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, apenas para comunicar à Mesa e a esta Casa que nós entramos em contato com o Secretário Aldair Rizzi, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, e a Comissão de Educação amanhã, às 8h30min., estará junto com o representante dos Professores de Ensino Superior em uma reunião com o Secretário, para buscarmos fazer esse entendimento que foi solicitado aqui pelo professor Luís Fernando.

A reunião se dará, então, às 8h30min., lá na Secretaria de Ciência e Tecnologia, no Bairro de Santa Cândida.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

No Horário da Liderança o PT, fará uso da palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; companheiros e companheiras aqui presentes:

Na manhã de hoje aconteceu uma audiência pública encaminhada pela APP Sindicato e pela Comissão de Educação desta Casa, pelo Deputado Presidente da Comissão, Tadeu Veneri, e estiveram presentes também o Deputado Padre Paulo, o Deputado Barbosa Neto e esta Deputada também esteve lá em uma audiência pública importante, porque era para tratar do assunto dos contratos celetistas e contratos do PSS.

Contou com a presença também de representantes do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, do Tribunal de Contas e também do Diretor-Geral da Secretaria da Educação do nosso Estado do Paraná, Ricardo Bezerra. Avançou-se muito nessa audiência e a considero muito positiva, onde foram debatidos aqueles pontos que nós inclusive nesta Casa já colocamos, pontos que discordamos que existiam nos contratos, tanto celetistas, mas, mais ainda nos PPS, como é a questão da segurança da não demissão de mulheres grávidas, a segurança do repouso semanal remunerado e também que o Governo, aos poucos, vá fazendo concurso público para ir eliminando esses contratos. O contrato vai continuar existindo, mas aquele mais temporário, como no caso de uma funcionária, uma professora gestante que pede uma licença-maternidade, um professor que sai de férias.

Então, claro que vai precisar continuar existindo os contratos temporários, mas esses contratos que estão sendo feitos, tanto celetistas quanto PSS e que na verdade são professores fixos há muito tempo, já são professores do Estado, é preciso que aos poucos sejam regulamentados. E foi acordado, então, nessa reunião, e quero aqui parabenizar mais uma vez a Comissão de Educação, na pessoa do Deputado Tadeu Veneri e todos os demais membros, à APP Sindicato, aos representantes que estiveram, porque houve esse acordo, onde foi feito uma minuta e o Ministério Público vai acompanhar todo esse desfecho, esse acordo que houve, por parte tanto do Governo do Estado, na pessoa do Diretor-Geral que estava lá presente, como também por parte da APP Sindicato, as propostas levantadas pelos professores.

Está de parabéns esta Casa, está de parabéns a APP por esse avanço, e esperamos e sabemos que só neste ano já foram contratados mais doze mil e oitocentas pessoas que eram celetistas ou estavam no regime, ou contratados pelo PSS, e fizeram concursos e este ano já foi então regulamentada essa situação.

Então, doze mil e oitocentos professores, mas ainda temos dezenove mil e seiscentos funcionários de escolas que têm esse contrato temporário, que são funcionários de serviços gerais ou da parte administrativa; temos oito mil, oitocentos e seis professores no PPS. Então, oito mil, oitocentos e seis professores, e sete mil e quinhentos professores ainda no regime celetista.

É necessário que o Governo - que já assumiu isso também na reunião, que vai ser feito mais um concurso este ano no mês de julho e esses professores vão ser con-

tratados em janeiro do próximo ano, mas ainda este ano vão ser chamados mais de dois mil.

Então, sentimos que aos poucos vai regulamentando um pouco essa situação, mas precisamos de uma segurança para aqueles professores que continuam no PSS e continuam no regime celetista.

Acredito que andou muito bem a audiência pública e esperamos que realmente seja cumprido o acordo que aconteceu na manhã de hoje no plenarinho desta Casa.

Também gostaria de dizer aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Valdir Rossoni e gostaria de dizer, que precisaríamos de um tempo maior para poder debater todos os assuntos abordados pelo nobre Deputado...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Concedo um minuto para que V. Exa. possa concluir.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Muito obrigada!

...mas, com relação ao salário-mínimo, eu gostaria de dizer que estava bem claro nos debates que aconteceram entre o Governo e o candidato ao Governo Serra e o nosso Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, onde, se fosse pelo Governo do Serra, pelo Governo do PSDB, o salário-mínimo, quando o Governo Lula elevou para duzentos e quarenta reais, o candidato Serra do PSDB já havia deixado bem claro que o máximo que ele iria dar era de onze reais. Quando o Lula, no debate afirmou que ele quer dobrar o salário-mínimo, na época ele já falava que iria elevar muito mais que onze reais, enquanto que o Serra falava em onze reais. O que teria dado hoje o Governo Serra, se fosse o Governo Serra? No máximo estaríamos com o quê? Duzentos e vinte reais? Talvez nem isso.

Então, ficamos aqui avaliando: é bom criticar o Governo Lula com relação ao salário-mínimo, e eu digo, Deputado, que eu, como petista, gostaria, sim, que o aumento fosse maior, gostaria e o povo brasileiro merece um aumento maior. Mas foi o que foi possível depois do desastre que o FHC fez com o País.

Então, temos esperança que o ano que vem as coisas vão melhorar. Essa é a nossa esperança, essa é a esperança do Governo Lula.

E, um outro exemplo, muito rapidamente, que eu gostaria de dizer é que quando se diz que não houve mudança no Governo Lula, ou que o Lula não está fazendo nada, um exemplo muito rápido, mas é a questão da agricultura familiar: o Fernando Henrique Cardoso destinou para a agricultura no ano de 2002, para a safra de 2002 em torno de 2.2 bilhões de reais para o PRO-NAF, para a agricultura familiar, enquanto que o Governo Lula para a safra de 2003/2004 destinou quase cinco bilhões de reais e, agora, já anunciou que vai ser em torno de sete bilhões de reais.

Só por aí nós notamos a diferença de um Governo e de outro, e ainda lembrando que é o que é possível fazer depois que o Fernando Henrique Cardoso vendeu todas as nossas estatais, vendeu todas as instituições que nós tínhamos, privatizou tudo o que foi possível, deixou o Brasil praticamente sem condições de ser administrado. Mas o Lula, com posições firmes, tem administrado e mostrado com muita eficiência que veio governar o País, inclusive não é simplesmente por quatro anos queremos administrar muito mais para poder fazer tudo aquilo que o PT sempre propôs.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, questão de ordem, fui citado pela ilustre Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Por isso não há questão de ordem.

O SR. VALDIR ROSSONI

Há questões de ordem! V. Exa. pode recorrer ao Regimento!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há questão de ordem, porque não houve citação.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu gostaria, Sr. Presidente, V. Exa. concedeu a ela pelo menos dois minutos. Eu apenas queria trinta segundos para falar...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Eu não lhe dei os trinta segundos. Qual é a sua questão de ordem?

O SR. VALDIR ROSSONI

A questão de ordem é que, eu fui citado pela Deputada, e quando o Parlamentar é citado nominalmente ele tem direito regimental de ter a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Tem a palavra V. Exa. para questões de ordem.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço.

Eu vou ser breve, Sr. Presidente. Aí é que se faz a pergunta - a Deputada se contradiz na verdade. Ela disse aqui e eu quero ser o mais exato possível, que o Serra prometeu apenas 11 reais de aumento e se o Serra fosse Presidente da República ele estaria dando 11 reais de aumento.

Quem é que merece credibilidade - quem prometeu dobrar o salário mínimo ou quem falou a verdade dizendo de que não havia condições econômico/financeiras, devido aos problemas que o País atravessa e só poderia dar naquele momento 11 reais?

É esta a pergunta que fica no ar - quem prometeu dobrar ou quem falou a verdade naquele momento, porque seria muito fácil ao Serra dizer que, como jogo, não valia falar a verdade, o Serra poderia ter dito o seguinte, eu não vou dar onze reais de aumento, vou triplicar o salário-mínimo, porque parece que política tem que se feita assim, se um promete dobrar, o outro promete triplicar.

Então, eu acredito que a Deputada tenha se equivocado na sua comprovação, porque quem falou a verdade naquele momento foi o candidato à Presidência da República, Jose Serra! Perdeu a eleição porque falou a verdade!

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Quero simplesmente responder ao Deputado Rossoni que o Lula prometeu dobra, sim, mas ele está há apenas um ano e meio no mandato. Não dá para cobrar do Lula, agora, que já tenha dobrado o salário mínimo. Agora, que o Serra falou que ia dar 11 reais, falou! O Lula deu 40 reais!

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, eu, em nenhum momento contrariei a Deputada. Eu disse que são verdadeiras as afirmações de que o Serra disse que daria 11 reais e são verdadeiras as afirmações da Deputada.

Agora eu pergunto - em quem devemos acreditar - quem prometeu 11 reais ou quem prometeu dobrar o salário-mínimo? Veja, já faz quinhentos dias, um ano e meio, quase dois, eu vou, Deputada Rafagnin, ter a paciência e ficar torcendo, porque acredito na sua pessoa, tenho muito respeito, vou ficar torcendo nesses dois anos e meio que falta, que se dobre o salário-mínimo, e eu virei aqui na tribuna desta Casa, elogiar o Presidente Lula porque ele cumpriu com o seu compromisso, mas é muito fácil cumprir em partes do que tudo de uma vez.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Apenas para colocar um conteúdo de amplitude neste debate - o ex-Presidente Fernando Henrique tinha um bolsa-escola de 15 reais - hoje o Bolsa-Família é de 75 ou 95 reais para quem não tem salário-mínimo nenhum, inclusive.

É uma visão de conjunto. Talvez o José Serra soubesse de uma pendência judicial do Supremo que estourou agora no colo do povo brasileiro, porque não é o governo que paga, é o povo brasileiro que paga, de doze milhões de reais de reajustes mal dados ou não dados de 94 a 97. Mas isto é um debate de amplitude.

Eu acho até, Deputado Rossoni, que talvez fosse o caso de qualquer dia nós pegarmos o Grande Expediente e fazermos um debate sobre um conjunto de coisas, porque não dá para fazer um debate tópico sobre o salário-mínimo, sem considerar as outras variáveis que existem no País.

O SR. VALDIR ROSSONI

Cabe questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Não cabe questão de ordem.

Não há nada no Regimento que garanta questão de ordem a um Parlamentar quando o seu nome foi citado.

Há uma complacência aqui da Mesa em torno do debate. Então, V. Exa. pode falar.

O SR. VALDIR ROSSONI

Se nós formos pegar pontualmente algumas questões, há avanços do Governo Lula, mas há também retrocessos. Nós estamos agora no Supremo, o julgamento do desconto dos inativos, que o PT tanto dizia que era contra e, agora aprovou para descontar dos inativos.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança da Oposição, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu acredito que nós entramos numa questão aqui que tem que ficar clara, meu caro amigo André Vargas, quando levantamos alguns questionamentos, e ele não é salutar. Eu, quando sou criticado pelas atitudes do Governo a que eu pertencia, eu encaro isto com naturalidade. Então, quando nós colocamos algumas questões aqui, porque é importante o debate, o Parlamento é para isso. Eu não tenho nada pessoalmente contra o PT.

Quando a Deputada Luciana Rafagnin se referiu a que eu disse, V. Exa. tem que concordar comigo.

Naquele momento da campanha eleitoral para Presidente da República, quando o Serra disse que ia aumentar 11 reais, ele foi muito verdadeiro. Até isso é uma coisa difícil de ser encontrado. Agora, quem prometeu dobrar o salário-mínimo não foi o Serra, foi o Lula e nós esperamos, vamos ter paciência. Não tenho, mais encaminhamento, cumprimento o Deputado André Vargas pela preocupação em defender o Governo Lula.

Deputada Rafagnin veja como é difícil num País tão pobre, nós querermos nos comparar aos Estados Unidos. Lá, apenas George Bush tem o avião que o Lula comprou. São questões que nós temos que levantar aqui, para que a sociedade possa sair daqui debatendo também. Nós não podemos nos equiparar a um País rico. O Brasil está longe disso. Eu sei que é doido ouvir isso, mas eu, como Parlamentar, tenho que colocar aqui, porque é a minha obrigação.

Obrigado, Srs. Presidente, desculpe eu ter contrariado V. Exa. no alto de sua autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

V. Exa. é sempre cumpridor do Regimento Interno e não compreendemos.

Liderança do Governo, Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes. Acabei de chegar de São Paulo, no início desta tarde. Pela manhã fiz uma visita ao escritório do Presidente Lula, que é coordenado pelo companheiro José Carlos Spinoza. Na conversa que tive hoje, o Spinoza me contava detalhes da viagem do Presidente Lula à China, do sucesso que foi.

Eu chego aqui e fico escutando dos meus amigos da Oposição, que batem tanto no Lula, como no Regimento, falando que o Lula ainda não conseguiu, ou que não vai dar aumento necessário do salário-mínimo. Eu vejo que as coisas grandes desse Governo os meus amigos não falam. Dizia-me o Spinoza da empolgação do empresariado brasileiro que começa, a partir dessa viagem a exportar para China, a vender álcool, para o resto do mundo, inclusive aqui no Paraná o setor alcooleiro está em festa. Enfim, tantos atos aconteceram nessa viagem, que engrandecem o Brasil e colocam o Brasil numa posição de maior respeito ainda que já adquiriu nesse um ano e cinco meses de Governo. Hoje podemos falar que somos uma nação que tem respeito do 1º mundo, porque nós não tínhamos, até então. Éramos considerados país de 3º mundo, sequer com chance de ser chamados de País emergente, graças à seriedade com que é levado o nosso Governo. Aqui, no Paraná não é diferente.

Hoje quando vinha de São Paulo lia o jornal Folha de São Paulo, que dizia: “Mais um navio de soja rejeitado pela China. Por causa da semente contaminada que a China não aceita! Seria por acaso do Porto de Paranaguá? Não! Era do Porto de Santos, esse! E nós que temos o Porto de Paranaguá, que tem a CLASPAR, que faz uma seleção rigorosa e que garante a qualidade dos produtos exportados. Temos o maior porto exportador de grãos, temos aqui os Deputados de Oposição praticamente a toda Sessão, dizendo que o Porto continua dando prejuízo. E os números estão aí para mostrar. Portanto, vejo que vai bem, sim, o Governo do Estado, que vai bem sim, o Presidente Lula!

Quero deixar também o meu recado aos professores que aqui estiveram. Ontem, lá em São Paulo, recebi uma ligação de um professor de Maringá. Eu dizia que estava em São Paulo e que voltaria hoje. Tenho certeza que o Secretário Caíto os recebeu.

Tenho dito que entendemos a reivindicação dos professores de 3º grau, como entendemos a reivindicações da Saúde, que aqui esteve, e segundo o Requião, é a bola da vez, mas temos que jogar e dizer: não falta dinheiro para o Governo do Estado, poderia dar o reajuste da GAS já, que foi votado em 2002 nas vésperas da eleição numa atitude eleitoreira do ex-governo, embora reconhecemos que há necessidade de ser paga a GAS, como há a necessidade do reajuste dos professores de 3ª grau. O que é o problema?

O problema chama-se Lei de Responsabilidade Fiscal; atingindo o limite prudencial e estamos hoje 49%. Não há condição, portanto, de dar reajuste, sob pena

inclusive de prisão do Governador. Portanto os professores do 2º grau já estão contemplados com esse belíssimo Plano de Cargos.

Esperamos reduzir o índice para que dê condições de a Saúde ser contemplada ainda em agosto. E na sequência, talvez os professores de 3ª grau. E outras reivindicações virão ainda, porque os servidores ficaram oito anos do ex-Governo sem reajuste, e agora temos que solucionar esses problemas, um a um.

Concedo aparte ao Sr. Deputado Vanderlei Iensen.

O Sr. Vanderlei Iensen

Quando vim de João Pessoa, abri o jornal o Diário de Pernambuco, e no jornal tinha uma matéria com o título Requião, e me chamou a atenção e li. E justamente isso que V. Exa. está comentando, onde eles dizem que o Ministério da Agricultura teria que pedir desculpas ao Governador Requião, pela forma como tem agido no Porto de Paranaguá, porque, se isso estivesse acontecendo no Rio Grande do Sul, não teria o Brasil passado por essa vergonha que passou, com relação à China.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Indicação Legislativa nº 020/2004, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constantes do expediente, propondo a estadualização da Estrada Municipal que liga o trecho do Distrito da Jaciaba ao Município de Prudentópolis. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

Indicação nº 021/2004, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando providências visando a fixação da tarifa mínima de água e esgoto comercial/industrial no mesmo valor da residencial. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Indicação nº 022/2004, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente, propondo parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e a Associação de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, de Londrina, visando a utilização da Biblioteca Virtual Comunitária pelas escolas circunvizinhas. **À Comissão de Educação, Cultura e Esportes.**

Expediente subscrito pelo Deputado Elton Carlos Welter, na qualidade de Líder da Bancada do PT, constante do expediente, indicando os nomes dos Deputados Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv e Tadeu Veneri, como titulares para a CPI da Reforma Agrária e os Deputados Elton Carlos Welter, Nelsinho Dal Santos e Luciana Rafagnin, como suplentes. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Apenas para informar, como Vice-Presidente, já contendo a assinatura da maioria dos Deputados, consideramos instalada a Comissão Especial de Investigação do Eixo Metropolitano do Transporte de Curitiba, tendo como Presidente o proponente, Deputado Neivo Beraldin.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Desejamos à Comissão um bom trabalho.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/2004, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Casa do Pequenino - CAPE, com sede e foro no Município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura do Município de Marreleiro o imóvel denominado área institucional, localizado dentro do quadro urbano do Conjunto Habitacional Araucária, de casas populares, no Município de Marreleiro. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a obrigatoriedade da busca imediata de pessoa desaparecida menor de 16 anos ou pessoas de qualquer idade portadora de deficiência física, mental ou sensorial. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, SP E CDHC. SUBSTITUTIVO

GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 079/2003, de 06/10/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 585/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei pretende obrigar os órgãos de Segurança Pública do Estado do Paraná a tomar as iniciativas cabíveis, inclusive proceder busca de crianças, assim consideradas aquelas até dezesseis anos de idade, bem como os portadores de deficiência mental, física ou sensorial de qualquer idade, imediatamente após serem comunicadas, tendo em vista que atualmente, por razões meramente de orientação administrativa, estes procedimentos são tomados somente depois de decorridas 24 horas.

Atualmente, este período de um dia, para iniciar-se a busca, decorre do fato de a polícia considerar formalmente uma pessoa desaparecida somente depois deste tempo sem retorno da mesma, quando isso deveria ter ocorrido, independentemente de tratar-se de criança ou mesmo de uma pessoa com deficiência mental.

A autora justifica a necessidade de procedimentos policiais imediatos, quando se tratar de criança ou pessoa portadora de deficiência, pois quando os seus familiares procuram a autoridade administrativa é porque já tomaram todas as providências ao seu alcance e perceberam que algo de errado aconteceu. A formalidade de praxe de esperar-se por longas 24 (vinte e quatro) horas para estes casos é injustificável e pode ser altamente nocivo, favorecendo raptos de difícil resolução ou até insolúveis, pois neste tempo uma criança pode ser levada para bem distante, ou no mínimo, aumentar os riscos, como no caso de pessoas com deficiência.

Estabelece a proposição ainda o prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua publicação, para o Executivo regulamentar a lei, se esta vier a ser aprovada e sancionada. Nela poderá a autoridade administrativa, por exemplo, fixar penalidade para o agente que for omissor nesses casos, bem como especificar as ações e medidas a serem tomadas pelo servidor competente.

Voto e Fundamentação do Relator

Competência para o Estado legislar sobre a matéria é questão pacífica, pois a Constituição Federal dispõe que é de competência comum dos entes federal, estadual e municipal, cuidar da proteção e garantia das pessoas de deficiência (artigo 23, inciso II) e de forma concorrente, quanto à proteção da infância e à juventude (artigo 24, inciso XV), e quanto aos deveres das polícias civis, nos termos do artigo 24, inciso XVI, da mesma Carta Magna. A Constituição Estadual repete os mesmos dispositivos nos artigos 12, inciso II, e 13, incisos XV e XVI.

Quanto à iniciativa, a princípio pode-se entender que a presente proposição legislativa invade competência

administrativa ao, aparentemente, fixar normas para os órgãos da segurança pública estadual. No entanto, entendemos que, o que se pretende, é garantir direitos dos cidadãos que têm crianças ou deficientes desaparecidos, sem imiscuir na competência executiva de atribuir funções a órgãos da administração pública, que, nos termos do artigo 66 da Constituição Estadual, é de iniciativa privativa do Governador.

Para evitar eventuais interpretações neste sentido, tomamos a liberdade de propor uma emenda substitutiva em relação ao artigo 1º, que originalmente está redigido como:

“Ficam os órgãos de Segurança Pública obrigados, recebida a notícia do desaparecimento de pessoa de 0 a 16 anos de idade, ou qualquer que seja a idade, desde que portadora de deficiência mental, física ou sensorial, a proceder a imediata busca, utilizando-se dos meios necessários para sua localização.”

Para o seguinte teor:

“Fica assegurado a todos os interessados os procedimentos necessários para a imediata busca de pessoas de 0 a 6 anos de idade, ou de qualquer idade, desde que portadora de deficiência mental, física ou sensorial, quando for noticiado o seu desaparecimento, devendo o Estado garantir os meios e pessoal necessários para a possível localização dos mesmos.”

Desta forma, entendemos não haver qualquer óbice de ordem formal, para a devida tramitação para as comissões de mérito da presente proposição legislativa.

Conclusão

Destarte, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 585, de lavra da ilustre Deputada Arlete Caramês, com a emenda substitutiva em anexo, quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA DO RELATOR DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 585/2003

Art. 1º - Fica assegurado a todos os interessados os procedimentos necessários para a imediata busca de pessoas de 0 a 6 anos de idade, ou de qualquer idade, desde que portadora de deficiência mental, física ou sensorial, quando for noticiado o seu desaparecimento, devendo o Estado garantir os meios e pessoal necessários para a possível localização dos mesmos.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, José Maria Ferreira, Vanderlei Iensen, Elza Correia, Chico Noroeste, Marcos Isfer.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 585/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei dispõe sobre a obrigatoriedade da busca imediata da pessoa desaparecida menor de 16 anos ou pessoas de qualquer idade portadora de deficiência física, mental ou sensorial.

Para análise da Comissão de Constituição e Justiça, essa se manifestou pela tramitação regimental e apresentou emendas substitutivas à proposição sob análise.

As emendas apresentadas pelo relator e aprovadas pela Comissão, em síntese modificaram a proposição em dois aspectos.

A primeira mudança diz respeito aos limites de idade que passam a ser de 0 a 6 anos, diferenciando-se da proposição original que estabelecia os limites entre 0 e 16 anos.

A segunda modificação decorre da emenda apresentada assegura a todos os interessados os procedimentos necessários para a imediata busca de pessoas de 0 a 6 anos de idade, ou de qualquer idade, desde que portadora de deficiência mental, física ou sensorial, quando foi noticiado o seu desaparecimento, devendo o Estado garantir meios e pessoal necessário para a possível localização dos mesmos.

A proposta original atribuiu ao Estado a competência e a obrigação de proceder à busca dos desaparecidos; por outro lado, as emendas atribuem um papel complementar ao Estado.

Por todo o exposto, o parecer é pela tramitação regimental da proposição, reservando-se o direito de discutir o mérito.

Em plenário, caberá à autora defender a proposta original.

É o relatório e o voto pela tramitação regimental.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 585/2003

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 583/2003, de autoria da Deputada Estadual Arlete Caramês, dispõe sobre a obrigatoriedade da busca imediata de pessoa desaparecida com menos de 16 anos ou pessoa de qualquer idade, portadora de deficiência física, mental ou sensorial.

Fundamentação

Com as modificações sugeridas pela Comissão de Constituição e Justiça, nos manifestamos favoravelmente à tramitação do projeto de iniciativa da nobre Deputada.

Conclusão

Como membros da Comissão de Direitos Humanos, somos integralmente favoráveis ao projeto de lei já mencionado.

Sala das Comissões, em 25.05.2004.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer-lhe uma colocação: A CPI do Porto de Paranaguá vai estar visitando o porto, na segunda-feira, às dez horas, e eu preciso saber se serão votados o aumento dos Secretários, na segunda-feira, e o projeto da ELEJOR. Caso ambos estejam na Ordem do Dia, teremos dificuldades de fazer as visitas ao Porto de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

A Mesa nos informa que não há previsão para a entrada dessas matérias em pauta.

Obviamente, fica aqui o seu registro, porque, se houver, fica responsável a assessoria da Mesa pela comunicação a V. Exa.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Agradeço a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 641/2003, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, que cria o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2003, em 22/10/2003).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 641/2003**

P A R E C E R :

Trata a proposição legislativa indigitada de iniciativa do nobre Deputado Renato Gaúcho, que objetiva criar o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual.

Em estudo preliminar, a Diretoria Legislativa desta Casa apontou vício de inconstitucionalidade formal, com explícita interferência à competência do Exmo. Sr. Governador do Estado, num ato contrário ao princípio constitucional de independência e harmonia entre os Poderes do Estado.

Isso porque a proposição colidiria com o que dispõe o artigo 66 da Constituição Estadual: Ressaltando o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privada do Governador do Estado as leis que disponham sobre: ... III

- organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar.

Ocorre que o artigo 66 da Constituição Estadual espelha a redação original do artigo 61 da Constituição Federal, que exige privativamente iniciativa do Presidente da República às leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

Já manifestou o STF: As regras do processo administrativo federal, especialmente aquelas que dizem respeito à iniciativa reservada, são normas de observância obrigatória pelos Estados-membros (RTJ 163/957). Ainda:

ADI 1434/SP - São Paulo

Ação Direta de Inconstitucionalidade

Relator(a): Min. Sepúlveda Pertence

Julgamento: 10/11/1999

Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação: DJ DATA-25-02-00 PP-00050

EMENT VOL-01980-01 PP-00036

Ementa

EMENTA: ... I. Processo legislativo: modelo federal: iniciativa legislativa reservada: aplicabilidade, em termos, ao poder constituinte dos Estados membros. 1. As regras básicas do processo legislativo federal são de absorção compulsória pelos Estados-membros em tudo aquilo que diga respeito - como ocorre às que enumeram casos de iniciativa legislativa reservada - ao princípio fundamental de independência e harmonia dos poderes, como delineados na Constituição da República. ...

Pois bem. Ocorre que a Emenda Constitucional nº 32 veio conferir ao dispositivo constitucional federal nova redação, para circunscrever a prerrogativa política de iniciativa do Chefe do Executivo, respectiva, à criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no artigo 84, VI.

A reforma constitucional, nesse ponto, claramente alterou a própria fórmula da Separação de Poderes em nossa República Federativa, no que diz respeito à questão específica. A propósito, há que se considerar uma reforma em nossa própria Constituição Estadual, para readequá-la à Federal, que já conta com aproximadamente 40 emendas significativas.

Desse modo, há que se entender que a prerrogativa política do Chefe do Poder Executivo deve limitar-se às matérias sobre direção e funcionamento da administração pública, no que concerne ao Poder Executivo estadual.

A proposição do nobre Deputado Renato Gaúcho, apesar de conformar a composição do Conselho respectivo com Secretários de Estado, também inclui, em seu artigo 3º, Representante do Tutelar e Representante da Sociedade com atuação na área dos direitos humanos.

Os efeitos da proposição legislativa, portanto, são projetados para fora das Secretarias de Estado que menciona, vez que abrange representantes desvinculados da Administração Pública.

Um único reparo, contudo, merece a proposição, na medida em que, ao referir Representante da Sociedade com atuação na área dos direitos humanos, a redação da proposição se reveste de fluidez e indeterminação que a melhor técnica legislativa desrecomenda.

Sendo assim, é de se emendar a proposição, para numerar os incisos do artigo 3º, e substituir a redação Representante da Sociedade com atuação na área dos direitos humanos, por 2 Representantes da Sociedade, sendo um agente do Ministério Público, e o outro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

É portanto o parecer favorável à proposição, com a redação substitutiva ao seu artigo 3º, submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA DO
PROJETO DE LEI Nº 6641/2003

Art. 1º - O Artigo 3º do Projeto de Lei nº 641/2003 passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º - O Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual será composto pelo:

- I - Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania;
- II - Secretário de Estado da Saúde Pública;
- III - Secretário de Estado da Segurança Pública;
- IV - Representante do Tutelar;

V - 2 (dois) Representantes da Sociedade, sendo um agente do Ministério Público, e o outro, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira e Marcos Isfer.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 641/2003

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 641/2003 de autoria do Deputado Estadual Renato Gaúcho que propõe criar o Conselho Estadual de Proteção às vítimas de abuso sexual.

Fundamentação

Com a redação substitutiva no seu Artigo 3º na forma proposta pela Comissão de Constituição e Justiça, somos favoráveis à iniciativa do nobre Deputado.

Conclusão

Como membros da Comissão de Direitos Humanos, somos integralmente favoráveis à aprovação do projeto de lei já mencionado.

Sala das Comissões, em 25.05.2004.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 705/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que altera o artigo 1º, da Lei nº 14.181/2003, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Juventude Marial Vicentina de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2003, de 26.11.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 705/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, altera o artigo 1º da Lei nº 14.181/2003, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Juventude Marial Vicentina de Maringá.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.04.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA DA INDICAÇÃO Nº 031/2003, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que sugere a aplicação de penalidades à prática de assédio moral, nas dependências da Administração Pública Estadual Direta e Indireta por Servidores Públicos Estaduais. PARECER FAVORÁVEL DA CDHC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003, como Projeto de Lei nº 017/2003).**

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
INDICAÇÃO Nº 31/2004

P A R E C E R :

A presente Indicação, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, sugere a alteração da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto do Funcionário Civil do Estado do Paraná), sugerindo a aplicação de penalidades à prática de assédio moral nas dependências da administração pública estadual direta e indireta, por servidores públicos estaduais.

A aplicação de penalidades nos casos sugeridos pela Indicação em análise é de suma importância para inibir as constantes práticas de assédio moral que ocorre no ambiente de trabalho, haja vista que essa atitude contribui para prejudicar a saúde dos funcionários e manter práticas abusivas, desumanas e sem ética no local de trabalho.

A exposição dos trabalhadores(as) a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas fun-

ções, desestabilizam a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a organização, forçando-o em muitos casos, a desistir do trabalho, podendo ocasionar graves riscos à saúde física e mental que podem evoluir para a incapacidade laborativa e desemprego, constituindo um risco invisível, porém concreto, nas relações e condições de trabalho.

Razão pela qual a Comissão de Direitos Humanos apresenta parecer favorável à presente Indicação.

Sala das Comissões, em 25.05.2004.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

PADRE PAULO CAMPOS - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1004 a 1006, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1007, de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1008, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1009, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1012, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1014, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1015 e 1021 a 1023, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1019, de autoria dos Deputados Duílio Genari, Nelson Tureck, José Maria Ferreira e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1016, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1017, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1020, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1024, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1027, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 10029 e 1030, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente.

Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1032, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1033 a 1035, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1036, de autoria do Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para convocar os membros da Comissão de Investigação do Eixo Metropolitano para uma reunião pública, nesta quinta-feira, no Plenarinho, às 9h30, onde foram convidados um Diretor do DNIT, que representa o Ministério dos Transportes, o Presidente do IPPUC e também o Secretário de Obras.

Era este o objetivo da minha questão de ordem, dizendo que farei a convocação dos senhores membros por escrito. Esperamos que esta reunião de quinta-feira tenha êxito, e para tal, dependemos das suas presenças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Queremos comunicar aos Srs. Deputados que, logo após a Sessão, teremos uma Sessão Solene em homenagem aos 31 anos da EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária que começa às 17h. Todos estão convocados.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 108, 149 e 150/2004.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 585, 641 e 705/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/2004.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/2004.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 014/2004 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 15 da Lei nº 14.275 de 29 de dezembro de 2003.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Aprovado pela Lei nº 14.275 de 29 de dezembro de 2003 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
44905200	2000	000	3.100.000,00
44906100	2000	000	4.000.000,00
44909200	2000	000	2.000.000,00
			9.100.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901300	2000	000	3.000.000,00
33901400	2000	000	100.000,00
33903900	2000	000	6.000.000,00
			9.100.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 17.05.2004.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

NEREU MOURA - 1º Secretário

Ata de Comissão Especial:

**COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO
EIXO METROPOLITANO DE TRANSPORTE DE
CURITIBA
ATA DE INSTALAÇÃO**

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e quatro, na Sala de Reuniões da Presidência, reuniram-se os membros indicados pelas Lideranças, com o fim específico de instalar e compor a Comissão, e eleger o Presidente e Vice-Presidente, presidida na forma regimental pelo Deputado André Vargas, Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, passando em seguida à eleição. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria dos votos nos nomes dos Deputados Neivo Beraldin e Plauto Miró Guimarães para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual eleito, o Deputado Neivo Beraldin agradeceu a especial deferência de seus nobres pares da Comissão. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olímpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEIVO BERALDIN

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

ANDRÉ VARGAS - 1º Vice-Presidente

LUIZ ACCORSI

DELEGADO BRADOCK

TADEU VENERI

MARCOS ISFER

RAFAEL GRECA

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR - Diretor Legislativo